

A MIGRAÇÃO NORDESTINA EM PERÍODO RECENTE – 1981/1996

Hélio Augusto de Moura*

1. Introdução

Este texto procura oferecer um balizamento a respeito de um novo quadro evolutivo que se vem esboçando com relação à migração regional em período recente (1981/1996). Trata-se de algo que se afigura de interesse e de utilidade (em matéria de projeções para o planejamento, por exemplo) em razão do momento histórico de *transições* que a Região vivencia sob um ponto-de-vista demo-gráfico: transição da fecundidade, epidemiológica e agora, ao que tudo indica, *transição migratória*.

Em recente Encontro promovido pelo Grupo de Estudos de Migração da ABEP, ocorrido em Curitiba, em 1997, ficou evidenciado que os padrões historicamente dominantes com relação à migração no Brasil estavam a apresentar mudanças por vezes já bem sensíveis, em algumas regiões, ainda em gestação, em outras, que fugiam ao conhecimento acumulado com respeito a volumes, fluxos e características migratórias. Levantou-se a hipótese generalizada de serem respostas da população às grandes transformações já ocorridas ou que estão em curso na sociedade e na dinâmica econômica brasileiras.

Trazendo este tipo de preocupação ao plano nordestino, serão apresentadas, inicialmente, as tendências mais recentes do crescimento populacional da Região e dos seus estados, no sentido de contextualizar o objeto de análise⁽¹⁾. Tais tendências serão

(*) Superintendente do IESAM, da Fundação Joaquim Nabuco.

(1) Tal parte do trabalho corresponde basicamente à reprodução e atualização (com anuência do co-autor) de um segmento do capítulo inicial contido no texto sob referência MOURA, Hélio A. de & TEIXEIRA, Pery, "As Tendências Recentes do Crescimento Populacional Nordestino" in *Estudos Avançados*, USP, v.11, n.29, jan/abr. 1997, pp. 95-126.

consideradas segundo os níveis regional e estadual, dando-se também destaque ao crescimento das populações urbanas, com incursão mais detalhada sobre o crescimento metropolitano. Em seguida, considera-se a componente migratória propriamente dita, mediante identificação, quantificação e análise dos principais fluxos, separadamente para cada um dos períodos a saber: 1981/1991 e 1991/1996. Far-se-á, com relação ao primeiro, uma exploração mais intensa sobre a migração de retorno, uma vertente migratória emergente que estaria a ganhar mais e mais importância no panorama demográfico da Região. Uma outra seção deste capítulo será dedicada à análise das características e diferenciais migratórios de natureza demográfica, com base nos dados da última Contagem Populacional do IBGE (1996). A análise da migração encerra-se com a realização de uma estimativa que, fazendo uso de técnica “pedestre”,⁽²⁾ procurará aquilatar o impacto que a queda da fecundidade (via crescimento vegetativo) teria exercido sobre o potencial emigratório da Região durante o quinquênio 1991/1996. Finaliza-se o texto com a apresentação de algumas considerações finais e, sobretudo, com inquirições prospectivas sobre a evolução, efeitos e implicações previsíveis (inclusive para formulação/implementação de políticas) dos novos padrões migratórios, a partir das principais tendências identificadas.

2. As tendências do crescimento populacional nordestino

2.1. Em Nível de Região

A Região Nordeste tem uma superfície de 1.566 mil Km², que corresponde a 18,3% da área total do Brasil, apresentando uma densidade demográfica da ordem de 28,6 hab/km², que a situa em uma posição intermediária entre as densamente povoadas regiões Sudeste e Sul e as esparsamente povoadas regiões Norte e Centro-Oeste. A Contagem Populacional realizada pelo IBGE em 1996 contabilizou quase 44,8 milhões de pessoas residentes na Região, representando cerca de 28,5% de toda a população brasileira.

As tendências de crescimento da população nordestina denotam uma histórica perda de posição relativa no conjunto da população brasileira. A referida perda está relacionada, principalmente,

(2) Expressão cunhada pelo demógrafo Ralph Hakkert para referir a aplicação de técnicas de mensuração pouco sofisticadas.

à que se observa com relação ao seu contingente titularmente urbano,⁽³⁾ cuja ligeira recuperação, a partir de 1980, não foi suficiente para reverter o comportamento tendencial da população verificado desde os anos 40. Por sua vez, por efeito de uma desruralização mais tardia e/ou relativamente menos intensa da população nordestina, é possível verificar a crescente participação regional no âmbito da população rural brasileira. Em 1996, cerca de 46% de todo o efetivo rural brasileiro já correspondiam à parcela residente no Nordeste.

Prossiguiu também sem interrupção, ao longo da série, uma forte tendência à urbanização. Assim é que, em 1980, metade da população já residia em cidades e vilas, proporção esta que se elevou para quase 61% quando do Censo de 1991, e para cerca de 65%, por ocasião da Contagem Populacional realizada em 1996. Assim é que, entre 1980 e 1991, nada menos do que 111% do crescimento populacional havido no Nordeste foram gerados e/ou absorvidos pelos quadros urbanos regionais. No quinquênio 1991/1996, essa participação urbana foi ainda mais expressiva, tendo atingido cerca de 150%. Significa dizer que tais quadros foram capazes de absorver não só o equivalente a todo o seu próprio crescimento populacional líquido havido na Região durante tais períodos, mas também, em cada um deles, a parcelas significativas da população residente nos quadros rurais.

Até 1980, a taxa de crescimento da população residente no Nordeste mostrava-se bem inferior à da população brasileira. Sendo o Nordeste uma região a apresentar, notoriamente, índices de fecundidade que superavam bastante a média brasileira e, além disto, a se caracterizar por uma situação de forte desvantagem relativa quanto ao seu nível de desenvolvimento econômico e social, tais diferenças entre as taxas de crescimento das populações nordestina e brasileira refletiam a grande importância desempenhada pela (e)migração interna de natureza inter-regional. Funcionava esta como um fator de ajustamento entre uma abundante oferta de mão-de-obra barata e a demanda pela mesma gerada em outras regiões do Brasil (Sudeste, principalmente) para atender às necessidades do desenvolvimento concentrado nos pólos dinâmicos da economia brasileira.

A partir dos anos 80, a par com uma desintensificação que já se mostrava em curso nos ritmos de crescimento das populações

(3) A expressão "contingente titularmente urbano" é aqui utilizada para referir o conjunto de pessoas residentes em cidades e vilas, independentemente do tamanho destas ou de outras qualificações que, a rigor, seriam necessárias para identificar e tipificar quadros de residência caracteristicamente urbanos.

brasileira e nordestina, as respectivas taxas passaram a se aproximar bastante entre si, tendo a do Nordeste descido a patamares de 1,7% a.a., no período 1980/1991, e de apenas 1,1% no quinquênio 1991/1996, contra 1,8% a.a. e 1,3% a.a., nesses mesmos períodos, verificadas em nível de Brasil. Suspeita-se que, pelo menos parcialmente, isto esteja a refletir, de um lado, a extensão e, intensificação da queda da fecundidade como fenômeno emergente significativo no panorama demográfico nordestino dos anos 80 e seguintes e, principalmente que esteja incorporando os efeitos sobre a (e)migração líquida nordestina relacionados com a longa recessão por que passou a economia brasileira durante a maior parte do período considerado. Teria havido um arrefecimento no saldo emigratório líquido de nordestinos para o resto do País, como efeito, em parte, da prevalência nessas áreas não só de menores estímulos à atração de novos migrantes, como também à permanência de migrantes antigos que tenderam a retornar à sua região de origem. Tais questões voltarão a ser tratadas em ocasião oportuna.

2.2. Em Nível de Estados

Cerca de três quintas partes de todo o efetivo populacional residente no Nordeste localizavam-se, em 1996, em três dos seus nove estados: Bahia (28%), Pernambuco (17%) e Ceará (15%). Os 40% restantes distribuíam-se nos seis outros, dentre as quais o Maranhão era o mais populoso (11%) e Sergipe o que tinha menor participação relativa no cômputo regional (apenas 3,6%). Ao longo do tempo, tais proporções não apresentaram grandes variações, embora tenha havido, nesse particular, alguma perda de posição relativa com respeito ao Ceará, à Paraíba e, principalmente, a Pernambuco (dados não mostrados). No tocante ao contingente titularmente urbano, os vários estados guardaram posições relativas assemelhadas àquelas pertinentes à população total, enquanto que, no tocante ao contingente rural, mostraram-se mais significativas as participações relativas atingidas pela Bahia (cerca de 30%) e pelo Maranhão (cerca de 16%), em 1996.

A Tabela 1 apresenta também as taxas de crescimento da população regional segundo os Estados e a situação do domicílio. Percebe-se que, em todos eles, verificaram-se, com relação ao quinquênio 1991/1996, arrefecimentos no ritmo de crescimento das respectivas populações totais. Dentre eles, Paraíba, Pernambuco e Alagoas foram aqueles cujas populações passaram a crescer de forma

Tabela 1
Nordeste: População Residente e Taxa de Crescimento (%a.a.) Segundo a Situação do Domicílio, por Unidade da Federação - 1980-1996

Unidades Da Federação	População Residente (em 1000)			Taxas de Crescimento (%a.a.)	
	1980	1991	1996	1980/96	1991/96
I. Quadros Urbanos					
Maranhão	1.296,4	1.972,0	2.711,6	3,9	6,6
Piauí	931,2	1.366,2	1.556,1	3,6	2,6
Ceará	2.877,6	4.158,1	4.713,3	3,4	2,5
Rio Grande do Norte	1.140,7	1.668,2	1.843,5	3,5	2,0
Paraíba	1.479,7	2.051,6	2.262,0	3,0	2,0
Pernambuco	3.864,3	5.046,5	5.476,9	2,5	1,7
Alagoas	995,3	1.481,1	1.661,9	3,7	2,3
Sergipe	629,4	1.001,9	1.140,6	4,3	2,6
Bahia	4.745,0	7.007,7	7.826,8	3,6	2,2
Nordeste	17.959,6	25.753,4	29.192,7	3,3	2,5
II. Quadros Rurais					
Maranhão	2.800,8	2.957,0	2.511,0	0,5	-3,2
Piauí	1.256,9	1.215,0	1.117,1	-0,3	-1,7
Ceará	2.502,9	2.204,6	2.096,5	-1,1	-1,0
Rio Grande do Norte	792,4	746,0	715,2	-0,6	-0,8
Paraíba	1.330,3	1.149,1	1.043,6	-1,3	-1,9
Pernambuco	2.380,0	2.076,0	1.922,2	-1,2	-1,5
Alagoas	1.016,5	1.031,9	971,4	0,1	-1,2
Sergipe	527,2	489,2	483,6	0,0	-0,6
Bahia	4.852,4	4.847,4	4.714,9	0,0	-0,6
Nordeste	17.459,5	16.716,9	15.575,5	-0,4	-1,4
III. Ambos os Quadros					
Maranhão	4.097,2	4.929,0	5.122,6	1,7	1,2
Piauí	2.188,2	2.581,2	2.673,2	1,5	0,7
Ceará	5.380,4	6.362,6	6.809,8	1,5	1,4
Rio Grande do Norte	1.933,1	2.414,1	2.558,7	2,0	1,2
Paraíba	2.810,0	3.200,7	3.305,6	1,2	0,6
Pernambuco	6.244,3	7.122,5	7.399,1	1,2	0,8
Alagoas	2.011,9	2.513,0	2.633,3	2,0	0,9
Sergipe	1.156,6	1.491,9	1.624,2	2,3	1,7
Bahia	9.597,4	11.855,2	12.541,7	1,9	1,1
Nordeste	35.419,2	42.470,2	44.768,2	1,7	1,1

Fonte: IBGE (Censos Demográficos e Contagem Populacional)

mais lenta durante a primeira metade dos anos 90: fizeram-no a taxas inferiores à média regional (1,1% a.a.). As populações de Sergipe e do Ceará destacaram-se por comportamento oposto, enquanto que as da Bahia, do Maranhão e do Rio Grande do Norte cresceram a ritmos bem próximos ao da média regional.

Essa mesma tabela dá a perceber também uma desintensificação significativa, entre os anos de 1991 e 1996, no ritmo de crescimento da população residente em quadros urbanos de quase todos os estados nordestinos. Pernambuco, neste particular, despontou como o estado cuja população urbana está a crescer de forma mais lenta (1,7% a.a.). A exceção significativa disse respeito ao Maranhão, cuja população urbana passou a crescer à taxa de 6,6% a.a., ritmo este jamais atingido pelo estado no passado, pelo menos não desde a metade do século. É importante notar que isto coincide com o fato de o crescimento da população rural do estado, talvez pela primeira vez na história, haver se mostrado negativo, e, além disto, haver tal situação passado a se mostrar a mais significativa de todas em relação aos seus congêneres (crescimento negativo de nada menos do que 3,2% a.a.). Recorda-se também que, no período 1980/1991, fora o Maranhão o único estado da Região a apresentar crescimento positivo de alguma significação (0,5% a.a.) com respeito à população rural. Portanto, no quinquênio 1991/1996, não só ele mas também todos os estados nordestinos, sem exceção, já foram áreas que se caracterizaram por uma desruralização de suas respectivas populações em termos do quadro domiciliar de residência. Abaixo do Maranhão, tal processo ganhou expressividade relativamente maior na Paraíba, no Piauí e em Pernambuco, Estados cujas taxas de decréscimo dos efetivos residentes em quadros rurais superaram a média regional (-1,4% a.a.).

A Tabela 2 apresenta o grau de urbanização pertinente a cada estado.⁽⁴⁾ Não obstante a desintensificação havida no ritmo de crescimento populacional urbano de quase todos os estados, o grau de urbanização de todos eles prosseguiu rapidamente crescente ao longo do período observado, mercê do crescimento negativo verificado em relação aos respectivos contingentes rurais. O fato é que, em 1996, todos os estados da Região Nordeste já apresentavam proporção majoritária de suas populações residindo em quadros titularmente urbanos. Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe destacaram-se como sendo os mais expressivos, cada um deles tendo 70% ou mais de seus efetivos residindo nesses quadros urbanos.

(4) Corresponde à proporção da população total residente em quadros urbanos de domicílio.

Tabela 2

Nordeste

Graus de Urbanização e de Absorção do Crescimento Populacional pelos Quadros Urbanos 1970/1996 - (em %)

Estados	Grau de Urbanização				Grau de Absorção do Crescimento Populacional pelos Quadros Urbanos		
	1970	1980	1991	1996	1970/80	1980/91	1991/96
Maranhão	25,4	31,6	40,0	52,9	49,5	81,2	382,0
Piauí	32,3	42,6	52,9	58,2	81,7	110,7	206,4
Ceará	40,3	53,5	65,4	69,2	120,0	130,4	124,2
Rio Grande do Norte	46,6	59,0	69,1	72,0	121,2	109,7	121,2
Paraíba	41,7	52,7	64,1	68,4	126,3	146,4	200,6
Pernambuco	54,5	61,9	70,9	74,0	101,2	134,6	155,6
Alagoas	40,0	49,5	58,9	63,1	87,0	96,9	150,3
Sergipe	46,2	54,4	67,2	70,2	84,8	111,1	104,8
Bahia	41,4	49,4	59,1	62,4	79,7	100,2	119,3
Nordeste	41,8	50,7	60,6	65,2	88,7	110,5	149,7

Fonte dos dados básicos: IBGE (Censos Demográficos e Contagem Populacional)

Na tabela, as relações contidas nas três últimas colunas refletem a importância relativa dos quadros urbanos no que concerne à absorção do crescimento populacional líquido ocorrido em cada estado nordestino durante os sub-períodos 1970/1980, 1980/1991 e 1991/1996. Sem constituírem indicadores extremamente rigorosos, uma vez que mudanças e diferenciais na dinâmica do crescimento natural de cada um deles podem afetar as comparações intertemporais e entre unidades de observação, ainda assim elas permitem que se tenha uma idéia sobre a ordem de grandeza relativa da pressão populacional sofrida pelo meio urbano de cada estado.

A comparação intertemporal dessas relações revela que, com as exceções de Sergipe e do Ceará e, até certo ponto, do Rio Grande do Norte, tal pressão teria aumentado bastante durante o quinquênio 1991/1996, principalmente no Maranhão e no Piauí, cujos índices, juntamente com o da Paraíba, configuraram-se como sendo os mais elevados dentre todos os estados da Região.

2.3. As Tendências do Crescimento Urbano

Em 1996, a população residente no conjunto de cidades (sedes municipais) da Região Nordeste ascendeu a quase 25,5 milhões de pessoas, tendo havido um acréscimo de 2,7 milhões em tal contingente desde a realização do Censo de 1991. A Contagem Populacional

também registrou como população urbana cerca de 2,6 milhões de pessoas que residiam em vilas (sedes distritais) da Região (v. Tabela 3).

Não obstante esse grande aumento havido, em termos absolutos, no contingente urbano da Região, vale notar que prosseguiu e se reforçou, no quinquênio 1991/96, a desintensificação relativa identificada desde os anos 80 com relação a tal crescimento. Como demonstra a Tabela 4, a respectiva taxa anual situou-se em apenas 2,3%, bastante inferior, portanto, às de 3,9% e 3,5% registradas com relação aos anos 70 e 80, respectivamente.

A Tabela 4 permite notar que tal desintensificação ocorreu com respeito a todas as faixas de tamanho em que foram classificadas as cidades nordestinas, embora se tenha mostrado mais sensível no que concerne aos segmentos extremos dessa distribuição de frequência. Assim é que no segmento superior, classificatório dos três conjuntos metropolitanos, o crescimento registrado foi de apenas 1,8% a.a., inferior, portanto, à média da distribuição. Já com relação ao segmento inferior, classificatório das cidades com menos de 5 mil habitantes, registraram-se taxas negativas de crescimento. Neste segundo caso, a ocorrência estaria relacionada, em alguma medida, à forte redução havida no número e, por via de consequência, no volume dos efetivos populacionais residentes nas cidades de menor porte. Como é possível perceber na Tabela 3, não estaria havendo o surgimento de um número considerável de cidades pequenas para preencher as lacunas deixadas por aquelas que conseguiram ascender a patamares de maior tamanho. Dado o crescimento mais rápido da população classificada como residente em cidades nas faixas intermediárias (v. Tabela 4), vem aumentando rapidamente o tamanho mediano da cidade nordestina, tendo o mesmo mais do que duplicado durante o quarto de século da observação: de 2,4 mil habitantes, em 1970, passou para 3,7 mil, em 1980, para 4,8 mil, em 1991 e, finalmente, para 6,0 mil, em 1996.

Outra forma de perceber a evolução descrita apóia-se na observação da importância relativa assumida pelas diversas faixas de tamanho de cidades em relação ao crescimento populacional registrado por todo o conjunto delas. Percebe-se facilmente a perda de importância relativa das regiões metropolitanas, a par com o aumento registrado pelas faixas classificatórias intermediárias, notadamente aquelas que congregam cidades com tamanho entre 5 mil e 20 mil habitantes.

A observação do componente urbano da população regional não pode deixar de lado, pela importância que assumem sob as mais

Tabela 3
Nordeste
Número de Cidades e Vilas e Respectivas Populações Residentes, Segundo Classes de Tamanho-
1970/1996

Classe de Tamanho (Hab)	Cidades				Vilas			
	1970	1980	1991	1996	1970	1980	1991	1996
I- Número								
Até 500	73	23	6	4	612	523	481	519
501 a 1000	215	112	46	29	303	302	348	363
1001 a 2000	348	287	228	171	145	192	241	284
2001 a 5000	427	480	516	472	43	76	93	146
5001 a 10000	168	246	352	416	8	14	16	4
10001 a 20000	79	117	200	236	2	5	4	30
20001 a 50000	42	73	107	123	9*	13*	16*	10
50001 e mais	24	37	54	67	2
Total	1376	1375	1509	1518	1122	1125	1199	1358
II- População (1000)								
Até 500	26,6	9,2	2,7	1,6	159,4	132,2	120,9	135,1
501 a 1000	163,1	85,6	36,8	22,1	212,4	213,4	249,8	265,7
1001 a 2000	510,3	425,9	347,7	261,1	196,1	258,3	331,7	397,0
2001 a 5000	1339,0	1506,1	1753,1	1610,9	122,1	228,9	268,4	424,7
5001 a 10000	1139,8	1737,7	2482,1	2936,2	50,4	92,6	103,9	32,6
10001 a 20000	1098,6	1599,7	2787,3	3341,4	29,3	62,7	49,7	397,8
20001 a 50000	1200,4	2163,6	3477,0	3998,6	549,8*	1210,8*	1759,6*	237,3
50001 e mais	5183,6	8087,0	11874,5	1301,4	760,8
Total	10661,3	15668,7	22761,4	25473,2	1319,6	2198,8	2884,2	2651,3

(*) Mais de 20 mil habitantes

Fonte: IBGE (Censos Demográficos e Contagem Populacional)

Tabela 4
Nordeste
Taxas de Crescimento e Participação no Crescimento Populacional Urbano, Segundo as Cidades
Classificadas por Faixas de Tamanho - 1970/1996

Classes de Tamanho (Hab)	Taxas de Crescimento (% a.a.)			% Sobre o Crescimento Total das Cidades		
	1970	1980/91	1991/96	1970/80	1980/91	1991/96
Até 2000	-2,9	-2,7	-5,9	-3,6	-1,8	-3,7
2000 a 5000	1,5	1,1	-1,7	4,4	2,7	-5,2
5000 a 10000	4,3	3,3	3,4	11,9	10,5	16,7
10000 a 20000	3,8	5,2	3,7	10,0	16,7	20,1
20000 a 50000	6,1	4,4	2,8	19,2	18,5	19,2
Mais de 50000	7,1	5,3	3,2	23,7	25,7	26,1
Regiões Metropolitanas	3,7	2,7	1,8	34,3	27,7	26,5
Total	3,9	3,5	2,3	100,0	100,0	100,0

Fonte dos dados básicos : IBGE (Censos Demográficos e Contagem Populacional)

diferentes facetas (econômica, social, artístico-cultural, etc.), as três regiões metropolitanas do Nordeste: Recife, Salvador e Fortaleza. Historicamente, eram elas, do ponto de vista da sociodemografia regional, os seus focos mais dinâmicos. Contudo, desde os anos 70, já vinha uma delas, a do Recife, apresentando sinais de arrefecimento do seu crescimento populacional, seja por efeito, ao que se admite, do início com que nela se antecipou a queda da fecundidade,⁽⁵⁾ seja por efeito da diluição do seu poder de atração migratória. Como demonstra a Tabela 5, a taxa de crescimento de sua população, no período 1980/1991, já se mostrara uma das mais baixas dentre todas as regiões metropolitanas brasileiras, tendo decrescido ainda mais no quinquênio 1991/1996. Mas durante este quinquênio, também despencaram as taxas de crescimento das regiões metropolitanas de Salvador e de Fortaleza.

Tabela 5
Nordeste e Brasil
População Residente e Taxas de Crescimento das Regiões Metropolitanas-1970/1996

Regiões Metropolitanas	População Residente (1000)				Taxa de Crescimento (% a.a.)		
	1970	1980	1991	1996	1970/80	1980/91	1991/96
<i>I. Nordeste</i>							
- Recife	1791,3	2347,1	2858,1	3088,0	2,7	1,8	1,6
- Salvador	1147,8	1766,6	2496,5	2709,1	4,4	3,2	1,6
- Fortaleza	1036,8	1580,1	2307,0	2582,8	4,3	3,5	2,3
<i>II. Outras Regiões</i>							
- Belém	655,9	999,2	1332,8	1485,6	4,3	2,7	2,2
- Belo Horizonte	1658,5	2609,6	3436,1	3803,2	4,6	2,5	2,1
- Rio de Janeiro	6891,5	8.772,3	9814,6	10192,1	2,4	1,0	0,8
- São Paulo	8139,7	12588,7	15444,9	16583,2	4,5	1,9	1,4
- Curitiba	821,2	1440,6	2000,8	2425,4	5,8	3,0	3,9
- Porto Alegre	1574,2	2285,1	3038,8	3246,9	3,8	2,6	1,3

Fonte dos dados básicos: IBGE (Censos Demográficos e Contagem Populacional) apud BAENINGER, Rosana, "A Nova Configuração Urbana no Brasil; Desaceleração Metropolitana e Redistribuição da População", *XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*, Caxambu, 1998, pp.729-772 (tabela 4).

O "desaquecimento" do crescimento populacional das regiões metropolitanas foi quase que generalizado em todo o Brasil (a exceção foi Curitiba) a partir dos anos 80. Vários são os analistas que tratam a

(5) Com base em dados do Censo de 1980, já em 1986 MOURA & SANTOS chamavam a atenção para o fato de ser a microrregião do Recife aquela onde se registrava a maior queda da fecundidade, tendo a respectiva taxa de fecundidade total (TFT) já atingido, naquele ano censitário, a média nacional (Moura & Santos, 1986).

respeito dessa inflexão da tendência concentracionista na localização metropolitana da população brasileira onde, quase sempre, despontam como principais causas a forte queda da fecundidade, o alargamento da base populacional dessas áreas, que diminui o impacto, em termos relativos, dos fluxos migratórios que para elas se dirigem e também, sobretudo no caso da Região Metropolitana de São Paulo, os novos padrões de localização industrial que se lhe resultam desfavoráveis. Mencionam-se também aos efeitos inibitórios à migração causados pela destruição e/ou marginalização de postos de trabalho, devidas ao sucateamento e/ou modernização de atividades industriais preferencialmente localizados em tais centros urbanos.

No caso da Região Metropolitana do Recife, além da sua precocidade no tocante ao declínio da fecundidade, há que referir a sua fragilização econômica desde a década dos 70 e, por via de conseqüência, a redução do seu outrora forte poder de atração migratória. Menciona-se, a propósito, a decadência da agroindústria açucareira, historicamente a principal base de sustentação econômica de Pernambuco e de sua capital, sem que se tenham desenvolvido atividades econômicas e empregadoras de iguais porte e suporte. Há também que ter em conta a deterioração da posição do Recife como grande empório ou entreposto comercial interessando a uma vasta área nordestina sob sua dominância direta. Isto se dava graças à posição geográfica estratégica do porto do Recife em relação às principais linhas do comércio marítimo por cabotagem ou de longo curso. À medida que o Nordeste foi se integrando por via rodoviária às demais regiões do País, a partir dos anos 50, 60 e meados dos 70, o Recife foi também perdendo importância comercial, vendo seus estabelecimentos atacadistas pouco a pouco perderem a função distributiva que outrora exerciam em relação a outras importantes praças nordestinas. As relações de compra e venda passaram a ser estabelecidas diretamente entre tais praças e aquelas de outras regiões do País, principalmente do Sudeste. A nova "tecnologia" de compra e venda rapidamente adotada pelo comércio varejista regional, com a introdução do "supermercado", parece ter jogado a última pá de terra na grande importância comercial que a cidade do Recife outrora desfrutava regionalmente.

Um terceiro elemento explicativo para o menor crescimento demográfico dessa metrópole em relação às suas congêneres nordestinas, principalmente Fortaleza, teria a ver com o fato de os efeitos migratórios proporcionados pelas secas e pela própria desruralização populacional da Zona da Mata pernambucana, berço de

uma atividade canavieira em franca decadência, serem e/ou terem sido em grande parte amortecidos pela consolidação nessa zona em torno do Recife, de uma malha urbana relativamente estruturada, constituída por cidades pequenas que assumem relativa importância em nível local. Tais cidades atuariam como anteparos⁽⁶⁾ a uma fuga maciça de camponeses para uma região metropolitana que, por seu turno, não contaria com condições para oferecer incentivos favoráveis, notadamente em termos de emprego, à atração de migrantes⁽⁷⁾.

Quanto às duas outras regiões metropolitanas nordestinas, Salvador e Fortaleza, as tendências do seu crescimento populacional diferiram, até 1991, do comportamento observado com relação ao Recife. Foram elas as duas metrópoles cujas populações cresceram, no período 1980/1991, a taxas mais elevadas dentre todas as suas congêneres brasileiras. O desenvolvimento econômico dessas duas regiões, baseado, no caso de Salvador, nas atividades do pólo petroquímico de Camaçari e no desenvolvimento de um pólo turístico de considerável importância e, no de Fortaleza, também no turismo e na montagem de um parque industrial de bens de consumo final com relativa intensidade na utilização do fator mão-de-obra, sem dúvida deve ter contribuído, via migração, para o elevado ritmo de crescimento das respectivas populações residentes durante os anos 80. Acresce, no caso de Fortaleza, a inexistência de uma rede urbana bem estruturada em seu entorno, a evitar uma certa inexorabilidade quanto ao destino dos fluxos migratórios produzidos não só pelas secas, mas também pelas freqüentes estiagens parciais que afetam, de quando em vez, porções de vastas zonas semi-áridas próximas sob influência direta da metrópole cearense. Considere-se, a propósito, que na migração rural-urbana nordestina, por fatores de natureza econômico-estrutural, os deslocamentos causados pelas secas freqüentemente extrapolam a simples natureza episódica que o nosso folclore e, principalmente, o nosso cancionista popular tanto alardeiam (Moura et. al. , 1975).

(6) A propósito, vale lembrar que, ainda em meados dos anos 50, ao visitar Pernambuco, o padre J. Le Bret, mentor da escola francesa "Economie et Humanisme", preocupado com a "inchação" do Recife recomendava às autoridades governamentais a estratégia de equipar alguns núcleos urbanos da Zona da Mata com boa infra-estrutura econômica e social a fim de os mesmos funcionarem como barreiras aos fluxos migratórios oriundos do Agreste e Sertão que se dirigiam para a capital pernambucana (LEBRET, 1955).

(7) A hipótese de Todaro explicativa das relações entre a migração rural-urbana e a probabilidade de ascensão do migrante na escala social, via emprego formal nos grandes centros urbanos dos países em desenvolvimento, parece ganhar um forte respaldo ao encontrar, no caso da região metropolitana do Recife, uma sugestiva e atualizada ilustração (TODARO, 1980: 145-172).

Entretanto, seja pelo gigantismo populacional a que já chegaram essas duas metrópoles, seja pela queda da fecundidade que nelas se teria intensificado, seja ainda por fatores outros ligados à migração, inclusive de natureza econômica, mas que não se tem condição de explorar aqui, as respectivas taxas de crescimento demográfico caíram bastante durante o quinquênio 1991/1996. A de Salvador, por exemplo, desceu em apenas 5 anos ao nível que levou ao Recife um quarto de século para atingir. A de Fortaleza ainda não chegou a tanto mas parece tender claramente a essa marca e já se aproxima dos níveis verificados com relação a outras regiões metropolitanas do Brasil (casos de Belém e Belo Horizonte, por exemplo). O fato é que, no quinquênio 1991/1996, também se estendeu a essas duas metrópoles do Nordeste o processo de desconcentração na localização metropolitana da população, que teve início com anterioridade no Recife e na maioria das demais metrópoles brasileiras.

3. A Migração Interna em Período Recente

3.1. A Migração Líquida

A taxa de migração líquida inter-regional calculada para o Nordeste indica que, no quinquênio 1991/1996, prosseguiu a tendência de arrefecimento migratório esboçada desde os anos 70. A referida taxa decresceu de 7,3 por mil a partir dos já remotos anos 60 para 4,1 por mil, nos anos 70, para 2,5 por mil, nos anos 80, e finalmente, para 1,9 por mil, na primeira metade dos anos 90 (Tabela 6). Em todos estes subperíodos, as taxas foram negativas, indicando tratar-se o Nordeste, historicamente, de uma região da qual ocorre evasão líquida de população para as demais regiões do País. Nos anos 80, esta evasão teria sido da ordem de 1,1 milhão de pessoas e, no quinquênio 1991/1996, de quase 0,9 milhão (Tabela 7).

É bem verdade que a simples consideração da migração líquida, esse conjunto de "indivíduos míticos" no dizer fundamentado de Goldstein, deixa muito a desejar no que concerne à investigação e ao acúmulo de conhecimentos a respeito do fenômeno migratório (Goldstein, 1980: 693-730).⁽⁸⁾

(8) Em sua alocução presidencial perante a reunião anual da Population Association of America, ainda nos idos 1976, o autor, ao tratar dessa questão, indaga à página 706 do texto referido, em analogia com o estudo da migração líquida, "alguém pode imaginar quão menor seria o nosso entendimento a respeito do crescimento demográfico se nossas generalizações e percepções fossem restritas apenas ao conhecimento do incremento natural, ao invés de serem-no com base em análises separadas sobre as taxas de natalidade e de mortalidade?"

Tabela 6

Nordeste e Estados: Taxas de Migração Líquida Inter-regional, por Subperíodo - 1960/1996

Estados	1960/70	1970/80	1980/91	1991/96
Maranhão	-16,1	-1,8	-7,5	-2,4
Piauí	-5,4	-7,3	-5,5	-2,6
Ceará	-2,3	-3,6	-1,9	-1,7
Rio Grande do Norte	2,3	1,8	4,7	-0,6
Paraíba	-11,3	-4,0	-2,2	-2,1
Pernambuco	-4,4	-2,5	-3,6	-1,8
Alagoas	-7,2	-2,2	1,4	-1,6
Sergipe	-14,4	-2,4	4,8	-0,3
Bahia	-9,0	-4,6	-0,6	-2,2
Nordeste	-7,3	-4,1	-2,5	-1,9

Fonte: Tabela 7, a seguir.

Tabela 7

Nordeste e Estados: Saldos Líquidos Migratórios Inter-regionais, por subperíodo - 1960/1996

Estados	Milhares de Pessoas			
	1960/70(1)	1970/80(1)	1980/91(2)	1991/96(3)
Maranhão	-509,2	-68,6	-414,6	-123,4
Piauí	-89,5	-156,9	-323,9	-68,3
Ceará	-98,1	-192,2	-132,9	-115,8
Rio Grande do Norte	33,7	33,1	118,7	-14,3
Paraíba	-277,4	-111,2	-76,9	-68,7
Pernambuco	-228,7	-154,7	-284,1	-133,3
Alagoas	-115,2	-44,0	38,1	-43,0
Sergipe	-136,0	-27,3	75,4	-5,1
Bahia	-683,4	-430,9	-76,7	-281,5
Nordeste	-2058,4	-1416,2	-1143,5	-853,3

Fontes: (1) MOURA, Hélio A. & SANTOS, Tais F., *Dinâmica Demográfica Recente dos Estados e Microrregiões do Nordeste*, Fundaj, 1986;(2) MOURA, Hélio A. & TEIXEIRA, Pery, "Tendências Recentes do Crescimento Populacional" in *Estudos Avançados* (USP), vol. 11, nº 29, jan/abr. 1997;

(3) IBGE (Contagem Populacional 1996).

Felizmente hoje já se dispõe no Brasil de informações suficientemente detalhadas que permitem considerar/analisar em separado a grandeza e o comportamento dos fluxos migratórios de ingresso e saída de população com relação aos vários locais de observação. Torna-se possível, assim, extrair, diretamente dos levantamentos censitários mais recentes, informações sobre a grandeza e as características de cada movimento migratório. Este tipo de consideração dá ensejo à apresentação, nos itens seguintes, dos contingentes imigrados/emigrados no/do Nordeste e seus Estados, a par com os respectivos índices e taxas migratórias pertinentes a cada um dos períodos investigados/analisados (1981/1991 e 1991/1996).

3.2. A Migração no Período 1981/1991: A Migração de Retorno

Historicamente, o Nordeste tem na emigração a principal forma pela qual o crescimento de sua população procura se ajustar a um crescimento econômico incapaz de absorvê-lo integralmente de forma produtiva.

Embora não seja possível avaliar com maior rigor e precisão a importância assumida por vários fatores para o arrefecimento observado na migração líquida inter-regional do Nordeste, há, pelo menos, que supor e aludir à menor força de atração que estariam tendo os mercados de trabalho do resto do País ao perderem sua capacidade de geração de empregos e, conseqüentemente, de absorção e retenção de migrantes em busca de trabalho. É uma perda que deve ter sido percebida pelos emigrantes em potencial e que também deve ter estimulado o retorno de nordestinos lá residentes à região de origem.

Há ainda a lembrar uma ocorrência freqüentemente esquecida pelos vários demógrafos que se têm dedicado ao estudo da migração nordestina. Trata-se do fato de os fluxos emigratórios regionais terem sido historicamente engrossados por retirantes das secas que ciclicamente assolam vastas porções da zona semi-árida do Nordeste. Por uma dessas fatalidades, nossos censos demográficos decenais realizados durante o período 1950-1980 foram todos coincidentes com anos secos ou com anos imediatamente subseqüentes aos de prolongadas secas pluri-ênais que causaram grande desorganização nas atividades produtivas das zonas semi-áridas e expulsaram substanciais levas das respectivas populações. Considerando não ser a seca um fenômeno climático que, em relação à migração, produza efeitos de natureza exclusivamente episódica, é admissível que a quebra do referido "padrão" com respeito ao Censo Demográfico de 1991 e à Contagem de 1996 tenha contribuído para recolocar o fluxo emigratório referente ao período 1981/1991, como também ao período 1991/1996, numa certa dimensão de "normalidade", ou seja, para não incluir na sua grandeza a parcela dos que se deslocam expulsos pelas secas.

Apesar de tudo isso, durante o referido período ainda teria ascendido a 2,7 milhões de pessoas o total dos que deixaram a Região. Trata-se de um volume populacional que corresponde a cerca de 2,6% da população brasileira que residia fora do Nordeste ao final do mencionado decênio (Tabela 8). Desse volume, quase metade (49%) estava localizada no Estado de São Paulo, 18% no conjunto dos

Tabela 8

Nordeste: População Emigrante no Período 1981/1991 Segundo as Regiões Receptoras

Regiões	Emigrantes (1000 pessoas)	% s/ Total	% s/ População Receptora (em 1991)
Norte	505,0 (a)	18,4	5,0
Sudeste	1.837,5	67,0	5,9
- São Paulo	1.343,5 (b)	49,0	4,3
- Outros Estados	494,0 (c)	18,0	1,6
Centro-Oeste	356,7 (d)	13,0	3,8
Sul	44,1 (e)	1,6	0,2
Total	2.743,3	100,0	2,6

Fonte: F.IBGE (Censos Demográficos) apud:

a) MOURA & MOREIRA, 1998: 153;

b) PACHECO, 1998: 4.3;

c) RIGOTTI & CARVALHO, 1998: 76;

d) PINTO DA CUNHA, 1998: 132;

e) MAGALHÃES, 1998: 8.

demais estados da Região Sudeste (Rio de Janeiro, principalmente), 13% na Região Centro-Oeste (no Distrito Federal e em Goiás, principalmente) e menos de 2% na Região Sul do País. Os elementos constantes dessa tabela também detalham a importância dos fluxos em relação ao volume da população residente nas principais áreas receptoras.

Vários estudos recentes realizados sobre a dinâmica migratória das macrorregiões brasileiras (ABEP/GT, 1998) tratam das tendências emigratória e imigratória da população nordestina no tocante a cada uma delas. Assim é que em relação a São Paulo, a principal área receptora de migrantes nordestinos, o estudo realizado por Pacheco et al. mostra ser possível atribuir a desintensificação havida no saldo migratório nordestino durante os anos 80 a ambos os pratos da balança mas, sem dúvida, proporcionalmente muito mais à intensificação da migração de retorno havida durante o período. Para esses autores não teria havido, em nível de São Paulo, uma mudança no padrão imigratório característico de décadas passadas: os migrantes nordestinos continuaram a chegar no estado em grande quantidade, embora com "ligeiro decréscimo em seu volume migratório" (sic). Contudo, aos referidos autores chama a atenção o substancial aumento no fluxo emigratório de São Paulo, sobretudo em direção ao Nordeste (509,4 mil pessoas), a principal região de destino desses emigrantes. E assinalam que 319,3 mil pessoas, ou seja, mais de três quintas partes desse fluxo (63%, mais exatamente) foram constituídos por pessoas naturais do Nordeste, isto é, por nordestinos que retornaram à região de nascimento Pacheco, 1998:31-66).

O estudo de Rigotti & Carvalho sobre as migrações na Região Centro-Leste (Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro) também assinala a importância da migração de retorno em relação às demais regiões do País, inclusive o Nordeste. Isto estaria refletindo, segundo eles, a dificuldade de o migrante encontrar um local de destino definitivo, em consequência do processo de reestruturação produtiva em curso e da crise econômica por que tem passado o País. Segundo esses autores, o fluxo emigratório dessa Região para o Nordeste teria sido, no período 1981/1991, de 284,5 mil pessoas, das quais 65,1 mil (uma quarta parte) eram migrantes de retorno (Rigotti & Carvalho, 1998).

Em estudo semelhante realizado sobre a Região Centro-Oeste, Pinto da Cunha também observa que, apesar do volume da imigração nos respectivos Estados ter-se mantido em nível elevado, ocorreu uma acentuação da emigração. Através de um anexo estatístico apresentado no seu estudo, é possível levantar com uma certa aproximação que, nos anos 80, emigraram do Centro-Oeste para o Nordeste cerca de 119,4 mil pessoas, das quais aproximadamente 54,0 mil (cerca de 45%) teriam sido migrantes de retorno (Pinto da Cunha, 1998: 91-138) .

Mesmo com relação ao Sul, região com a qual o Nordeste quase não mantém vínculos via migração interna, Magalhães assinala que uma terça parte de todo o contingente que dali emigrou para a nossa região (35,7 mil pessoas) era constituída de indivíduos que retornaram à região de nascimento (Magalhães, 1998: 3-30).

Parece, portanto, ficar evidenciado que a migração de retorno teria sido o principal fenômeno emergente no panorama da migração regional neste final de século.

Em razão disto, apresentam-se à Tabela 9 informações que detalham esse tipo de migração segundo as áreas de origem e os Estados nordestinos de recepção. Chama-se a atenção, em primeiro lugar, para a primeira coluna dessa tabela que destaca a migração de retorno intra-regional, ou seja, a migração de pessoas residentes em um estado do próprio Nordeste que regressaram, durante os anos 80, ao respectivo estado de nascimento também localizado nessa Região. Tal fluxo totalizou cerca de 216,0 mil pessoas e mostrou-se bem mais representado pelo retorno de pernambucanos, principalmente, mas também de cearenses, paraibanos e piauienses residentes em outros estados da própria Região. Contudo, a grandeza desse fluxo, ao que se percebe, é muito inferior à do fluxo de natureza inter-regional (732,9 mil pessoas) constante da última coluna dessa mesma

tabela (da qual representa menos de uma terça parte), o que parece bem refletir a menor importância que assume na Região a emigração interestadual de natureza intra-regional. Refletindo também, em grande parte, a maior grandeza dos respectivos contingentes populacionais emissores da população para o resto do País, predominaram no fluxo de retornados à Região os efetivos representados por baianos, cearenses e pernambucanos, com percentuais de 22,5%, 18,4% e 17,3% sobre o respectivo total. Desde que nesse fluxo também estão incluídos os migrantes inter-regionais que retornaram ao Nordeste mas não o fizeram especificamente com relação ao Estado nordestino de nascimento, é possível admitir a existência de alguma influência atrativa exercida pelas respectivas regiões metropolitanas com respeito à localização dos retornados. Isto estaria conforme o fato de o Ceará e, até certo ponto, Pernambuco, apresentarem proporções mais altas de migrantes de retorno em relação ao respectivo total do que as suas próprias participações relativas no conjunto da população residente no Nordeste. Vale mencionar, porém, que o mesmo não se verificou com relação ao Estado da Bahia, o que deixa a fiabilidade dessa presunção sujeita a uma futura investigação.

Por sua vez, as colunas intermediárias da tabela 9 concernem à migração de retorno inter-regional referida a cada estado nordestino, ou seja, classifica migrantes que retornaram ao próprio estado de nascimento. Dito fluxo corresponde a cerca de duas terças partes (68,5%, mais precisamente) do total dos que retornaram ao Nordeste procedentes de outras regiões do País. Quando esse fluxo é considerado em termos das áreas de procedência, é possível perceber a importância que o Estado de São Paulo, isoladamente, assume como foco de concentração da migração nordestina. Dele procedeu praticamente a metade de todas as pessoas que migraram de retorno aos estados nordestinos de nascimento. Seguem-se-lhe os demais estados da Região Sudeste (Rio de Janeiro, principalmente), com pouco mais de uma quinta parte (21,7%) do total de retornados, as regiões Norte e Centro-Oeste, com 14% e 11%, respectivamente, enquanto que a parcela oriunda do Sul do País foi muito pouco significativa, mostrando-se inferior a 2%.

Detalhando por estados, verifica-se que o Maranhão e, até certo ponto, o Piauí, são aqueles que diferem de um certo padrão no que diz respeito à importância das áreas de onde procedem os retornados. Possivelmente em razão de sua contigüidade territorial com a Região Norte, particularmente com o Pará, 63% dos

Tabela 9
 NORDESTE: Migração de Retorno Segundo o Âmbito do Deslocamento, por UF de Residência Atual e Região de Procedência da População Retornada- 1980/1991

UF de Residência Atual	Retorno Intra-Regional	Retorno Inter-Regional						Região Nordeste (1,2)
		Em Nível de UF Nordestina						
		Norte	Sudeste		Sul	Centro Oeste	Total	
			S.Paulo	Região				
I. N ^o s Absolutos (1000 pessoas)								
Maranhão	11,8	29,9	4,9	9,8	0,2	7,0	47,7	73,0
Piauí	25,7	7,9	16,0	19,1	0,3	7,7	34,9	47,5
Ceará	38,1	18,5	43,5	64,8	1,8	11,3	97,8	135,1
Rio G. Norte	18,4	3,5	13,2	23,9	0,6	5,0	33,3	48,7
Paraíba	31,4	2,7	25,7	49,4	0,8	5,6	58,8	78,3
Pernambuco	48,5	4,1	62,4	75,6	1,6	5,1	87,9	126,9
Alagoas	14,6	0,6	12,7	16,0	0,5	0,9	18,3	32,2
Sergipe	12,8	0,2	9,4	13,0	0,5	0,9	14,7	26,0
Bahia	14,6	4,1	66,5	91,7	1,8	10,3	109,3	165,2
Nordeste	216,0	71,6	254,2	363,2	8,0	53,9	502,6	732,9
II. N ^o s Relativos								
Maranhão	5,5	62,6	10,2	20,5	0,5	14,8	100,0	10,0
Piauí	11,9	22,7	45,8	54,6	0,7	22,1	100,0	6,5
Ceará	17,6	18,9	44,5	66,3	1,8	11,5	100,0	18,4
Rio G. Norte	8,5	10,4	39,7	71,7	1,7	15,0	100,0	6,6
Paraíba	14,5	4,6	43,6	84,0	1,3	9,6	100,0	10,7
Pernambuco	22,5	4,7	71,0	86,1	1,8	5,8	100,0	17,3
Alagoas	6,8	3,5	69,3	87,3	3,0	5,0	100,0	4,4
Sergipe	5,9	1,5	64,0	88,0	3,4	6,1	100,0	3,5
Bahia	6,8	3,8	60,9	83,9	1,6	9,5	100,0	22,5
Nordeste	100,0	14,2	50,6	72,3	1,6	10,7	100,0	100,0

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991)

- 1) Inclusive estrangeiros e pessoas sem identificação do local de residência anterior
- 2) Inclusive migrantes inter-regionais que retornaram ao Nordeste mas não à UF de nascimento

maranhenses retornados tiveram a referida região como origem do seu deslocamento. Mesmo assim, uma quinta parte dos maranhenses retornados procederam da Região Sudeste, sendo metade de São Paulo especificamente, e a outra metade dos demais estados dessa Região. Já no caso do Piauí, embora algo mais da metade (55%) tenha retornado da Região Sudeste (de São Paulo, principalmente), percebe-se que tanto a Região Norte, como a Região Centro-Oeste também assumem importância relativa, participando em partes iguais (22% a 23% do total, cada uma) como origem dos que empreenderam migração de retorno ao estado. Também neste caso, a contigüidade e/ou maior proximidade do território piauiense com estados das Regiões Norte e Centro-Oeste, – Tocantins e Goiás, principalmente – deve contribuir para esses maiores percentuais via migração fronteiriça. Já no que respeita a todos os demais estados nordestinos, a Região Sudeste é a origem principal e, quase que se poderia até dizer, bastante exclusiva dos migrantes de retorno: concentra, em todos os casos, mais de 66% dos totais estaduais e, freqüentemente, mais de 84%. Em todos esses casos, São Paulo é a principal área emissora, sendo de menor destaque a participação dos demais estados sudestinos, a não ser nos casos do Rio Grande do Norte e, principalmente, da Paraíba, cujos fluxos de retorno também se mostraram substancialmente engrossados por migrantes oriundos do Estado do Rio de Janeiro (dados não discriminados).⁽⁹⁾

Sem dúvida, a importância relativa dessas áreas como fontes emissoras de migrantes retornados ao Nordeste combina-se com a própria importância relativa que assumem como áreas receptoras dos fluxos emigratórios regionais, inclusive em termos específicos a cada um dos estados que compõem a região Nordeste (rever Tabela 9). Tais percentuais estariam a refletir, em termos quantitativos, a concentração da atual migração nordestina em uns poucos espaços do vasto território nacional: Estados de São Paulo, Pará, Goiás e, no caso de migrantes paraibanos, o Rio de Janeiro e o Distrito Federal.

No intuito tão-somente de dar uma referência sobre a dimensão relativa dos fluxos de retorno ocorridos no período 1981/1991, menciona-se que eles corresponderam a apenas 1,7% de toda a população que residia no Nordeste ao final desse período. Em nível de estados, eles se mostraram mais significativos com relação à Paraíba, ao Ceará e ao Rio Grande do Norte, com percentuais entre 2,0% e 2,4%. Quanto aos demais estados, a importância relativa dos

(9) A grande afluência e presença de migrantes paraibanos no Rio de Janeiro explicaria o fato de o nordestino ser ali designado pejorativamente de "paraíba".

seus respectivos fluxos de retorno situou-se em torno da média regional.

Finalmente, apresentam-se à Tabela 10 algumas características demográficas pertinentes aos contingentes constituídos por pessoas que retornaram aos respectivos estados de nascimento, segundo cada um destes. Chama-se a atenção para o fato de que a última coluna dessa tabela não corresponde à migração de retorno no plano da Região Nordeste por incluir também aqueles migrantes que se deslocaram entre os estados da própria Região. De qualquer maneira, os dados apresentados servem para observar alguns diferenciais nessas características entre os estados receptores, valendo desde já destacar, entre outras coisas:

- uma maior juventude e uma participação feminina bem maior no contingente dos que retornaram ao Maranhão, o que deve ter a ver com o tipo diferenciado de migração que ali se verifica, fortemente representada, ao que se presume e ao que já foi referido, por fluxos de natureza fronteiriça;

- índices de envelhecimento e idades medianas mais elevadas com respeito aos contingentes de migrantes retornados a Sergipe, Rio Grande do Norte e, principalmente, à Paraíba. Seriam estes valores mais altos indicativos de um sucesso relativamente maior com relação à emigração pretérita desses estados?

- razões de dependência significativamente mais altas nos contingentes representativos dos que retornaram a Alagoas e ao Maranhão, principalmente, neste segundo caso, devidas à elevada carga de dependência representada pela população jovem em idades não ativas.

Infelizmente, não se pôde dispor de informações que permitissem acompanhar mudanças temporalmente ocorridas nessas características. Entretanto, estudo realizado por Ribeiro (Ribeiro, 1998: 349-366) para os anos 70 e 80, sobre a distribuição por idades dos retornados no âmbito interestadual revelou:

- "...mudança da distribuição etária dos nordestinos que vivem fora das suas UF de nascimento, reduzindo-se a concentração destes nas idades centrais e aumentando a proporção de idosos", o que poderia estar "...refletindo a existência de uma migração de retorno [centrada] fundamentalmente nas faixas centrais de idade e nas mais jovens" (Idem: 363);

- "...a existência de crianças dos 0-4 anos de idade e de jovens na estrutura etária do total de retornados o que estaria revelando a existência de uma migração de curta duração...", sugestiva de um

Tabela 10
Nordeste
Características Demográficas dos Migrantes Interestaduais de Retorno - 1991

Discriminação	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	TOTAL
I- Estrutura Etária										
(%)										
00-04	4,03	3,43	2,91	2,63	2,75	3,29	3,65	2,53	3,06	3,13
05-09	12,19	8,99	8,60	8,99	8,75	9,92	10,78	9,02	10,49	9,72
10-14	13,01	10,64	9,87	9,87	10,15	10,86	11,76	10,55	10,93	10,75
15-64	68,90	74,99	76,22	75,25	74,79	73,26	70,19	74,39	73,72	73,65
65 e mais	1,87	1,95	2,40	3,26	3,57	2,68	3,63	3,51	2,80	2,75
Total - n°s relativos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
1000 pessoas	84,83	73,19	173,21	67,16	109,71	175,42	46,8	38,81	179,81	949,97
II- Razão de sexo										
(1)										
00-04	81,62	123,29	87,55	78,59	115,76	93,57	86,48	92,17	102,65	95,44
05-09	101,74	102,81	105,08	104,75	103,07	101,33	104,33	105,70	95,56	101,58
10-14	98,90	95,78	88,01	91,81	99,05	100,64	95,94	103,18	95,12	95,90
15-64	83,79	112,15	116,83	102,60	110,60	101,72	98,69	90,14	100,51	103,71
65 e mais	91,01	69,04	97,95	89,12	109,65	81,69	81,71	106,85	81,51	89,53
Total	87,72	108,75	111,15	100,50	108,80	100,69	97,81	93,36	98,86	101,95
III- Índice de Envelhecimento (2)										
IV- Razão de Dependência										
População Jovem	0,42	0,31	0,28	0,29	0,29	0,33	0,37	0,30	0,34	0,32
(3)										
População Idosa (4)	0,03	0,03	0,03	0,04	0,05	0,04	0,05	0,05	0,04	0,04
Total (5)	0,45	0,34	0,31	0,33	0,34	0,37	0,42	0,35	0,38	0,36
V- Idade Mediana										
População Masculina	21,41	25,03	25,50	26,05	26,28	25,25	24,37	25,92	25,24	25,25
População Feminina	20,76	22,73	23,49	24,76	24,75	24,02	23,67	24,46	23,34	23,67
Total	21,02	23,93	24,62	25,43	25,55	24,62	24,01	25,13	24,26	24,62

Fonte: IBGE (Censo Demográfico)

Notas: (1) Proporção de homens em relação a mulheres (vezes 100)

(2) Proporção de população idosa (65 anos e mais) em relação à população jovem (menos de 15 anos)

(3) População de 0-14 anos em relação à população de 15-64 anos

(4) População de 65 anos e mais à população de 15-64 anos

(5) População em idades inativas em relação à população em idades ativas (15-64 anos)

(6) Todos os migrantes interestaduais que realizaram migração de retorno tanto no âmbito inter-regional, como no âmbito intra-regional.

retorno por insucesso migratório. Ribeiro, inclusive, levanta a possibilidade de ser isto consequência da adaptação cada vez mais seletiva dos migrantes em metrópoles cada vez mais inchadas (Ibidem).

Ao analisar a proporção dos retornados relativamente ao total de imigrantes, esse autor encontrou que:

“na década dos setenta, entre os idosos, a maioria dos migrantes era de retorno”; enquanto que “na década de oitenta, manteve-se a proporção elevada de idosos e aumentou a proporção de retorno (sic) nas faixas centrais de idade e nas idades jovens” (Idem, ibidem).

Mesmo sem chegar a afirmações conclusivas, Ribeiro levanta a possibilidade de que, no primeiro destes casos, sua análise esteja a sugerir a prevalência, no período mais antigo, de uma migração de sucesso dos nordestinos para o resto do País, enquanto, com relação à década mais recente, haveria indícios de a migração nordestina de retornados estar principalmente afetada por elementos de fracasso.

3.3. A Migração no Período 1991/1996

Com respeito à migração em período mais recente, a Tabela 11 apresenta o número de migrantes inter-regionais residentes nos municípios onde foram captados pela Contagem de 1996, os quais, dez e cinco anos antes residiam em municípios diferentes daqueles onde habitavam por ocasião desse inquérito. As informações permitem quantificar os movimentos migratórios nos quinquênios 1986/1991 e 1991/1996 e referem-se aos números dos que se deslocaram interestadualmente entre o Nordeste e as demais macrorregiões brasileiras de destino e origem.

Tabela 11
Nordeste: Migrantes Inter-regionais Segundo as Macrorregiões de Destino e Origem
1986/1991 e 1991/1996

Regiões	Emigrantes		Imigrantes		Saldos Migratórios	
	1986/91	1991/96	1986/91	1991/96	1986/91	1991/96
Norte	217,0	183,0	72,9	61,0	-144,1	122,0
Sudeste	917,5	835,6	218,2	262,3	-699,3	-573,3
Sul	21,6	24,9	9,4	17,6	-12,2	-7,3
Centro-Oeste	198,4	194,1	36,3	43,4	-162,1	-150,7
Total	1.354,4	1.237,6	336,8	384,3	-1.017,6	-853,3

Fonte: IBGE, Contagem da População 1996 V.1, páginas 33/34

As informações contidas na mencionada tabela confirmam, para o quinquênio mais recente, o prosseguimento da tendência de esmorecimento no saldo (e)migratório líquido regional. Percebe-se que tal esmorecimento resultou, entre um quinquênio e outro, tanto de uma diminuição (pouco inferior a 10%) no volume da emigração regional, como de um crescimento (algo próximo de 15%) no volume da imigração. Com base no que já foi tratado no item anterior, pode-se admitir que a diminuição do saldo (e)migratório na primeira metade desta década tenha sido bastante influenciado pela migração dos que continuaram retornando à Região de origem/nascimento.

Descendo o nível da observação para as várias macrorregiões brasileiras, nota-se, inicialmente, que as tendências anteriormente descritas com relação ao Nordeste conformam-se/decorrem às/de aquelas pertinentes às suas relações com o Sudeste. Isto é mais ou menos óbvio visto tratar-se o Sudeste da região do País com a qual o Nordeste mantém as vinculações migratórias mais fortes: assim é que, no quinquênio 1991/1996, nada menos do que duas terças partes de todo o movimento migratório líquido regional teve a ver com saídas e entradas de nordestinos na região Sudeste.

Quanto às demais macrorregiões, percebe-se, no caso do Centro-Oeste, que quase se manteve estável o volume da emigração nordestina registrado no quinquênio anterior, embora, em concordância com o que se verificou no tocante à Região como um todo, também tenha havido um aumento de forte significação relativa (quase 20%) no volume da imigração. Já para a Região Norte, diminuiu bastante o volume da emigração nordestina, embora, diferentemente do que se registrou com relação às três outras macrorregiões brasileiras, tenha também caído bastante o volume da imigração dela procedente. Observa-se também que, entre um quinquênio e outro, deixou a Região Norte de ser a segunda maior receptora de migrantes nordestinos em favor da região Centro-Oeste.

A propósito da região Norte, cabe notar que desde os anos 80 vinha a imigração nela registrada e oriunda de todo o Brasil, apresentando queda de intensidade, queda esta que se acentuou durante a primeira metade dos Anos 90 (Moura & Moreira, 1998:139-188). Segundo Martine, isso teria a ver com a ausência de políticas e programas governamentais de assentamento e desenvolvimento regional, praticamente sumidos do País a partir da segunda metade da década passada (Martine, 1994). Aponta-se, inclusive, que entre os efeitos mais visíveis do processo de desenvolvimento da Região Norte orientado pela lógica de mercado destaca-se o esgotamento

da fronteira como área de ocupação demográfica, o forte êxodo rural-urbano e a concentração pontualizada da população em alguns grandes centros urbanos e/ou em torno de grandes projetos de industrialização e de mineração (Zona Franca de Manaus, Carajás, etc.) levados a cabo pela iniciativa privada (Martine, 1992; Hebette, 1991; Silva, 1997: 127-142; Moreira, 1997). Suspeita-se que com a crise econômica por que vem passando o País nos últimos anos, da qual também se tem ressentido bastante a Região Norte, tenda a mesma a se tornar cada vez menos significativa em relação à migração nordestina, e os respectivos fluxos migratórios cada vez mais representados por migrações fronteiriças de camponeses entre os estados nordestinos do Maranhão e Piauí, de um lado, e os estados nortistas do Pará e do Tocantins, de outro.

Finalmente, há que aludir à região Sul e destacar a pouca expressão atual dos seus vínculos migratórios com o Nordeste. De qualquer maneira, vale mencionar que ocorreu, entre os dois quinquênios, um aumento tanto no que se refere à sua absorção de migrantes nordestinos, como paralelamente, a também um aumento na saída dos que se dirigiram ao Nordeste.

Por sua vez, a Tabela 12 detalha os saldos migratórios inter-regionais registrados, durante o quinquênio 1991/1996, entre os estados nordestinos e as macrorregiões brasileiras. Em grandes rasgos, não fogem eles, em termos relativos, ao padrão já identificado com relação ao decênio 1981/1991 (rever Tabela 9). A destacar, de um lado, o fato de serem raríssimos e muito pouco expressivos os saldos favoráveis à imigração nas trocas de população dos estados nordestinos com qualquer uma das macrorregiões brasileiras. As exceções disseram respeito a Sergipe, nas suas trocas migratórias com outros estados da Região Sudeste que não São Paulo, e também nas suas trocas com a Região Centro-Oeste, e aos estados de Alagoas e do Rio Grande do Norte que também apresentaram saldos (i)migratórios ligeiramente favoráveis em relação as regiões Sul e Norte, respectivamente. Mas vale notar que, no conjunto, esses ganhos populacionais não chegaram a totalizar 3,0 mil pessoas.

Por outro lado, também no quinquênio 1991/1996 a Região Sudeste e, particularmente, o Estado de São Paulo continuaram sendo as áreas mais destacadas do País em matéria de trocas migratórias com os estados nordestinos, com exceção do Maranhão. Mas se torna perceptível em relação ao conjunto dos demais estados sudestinos (exclusive São Paulo) uma perda de importância relativa no que diz respeito a essas trocas. A observação assume maior relevo por incluir

Tabela 12
Nordeste: Migração Líquida Inter-regional Segundo os Estados Nordestinos e as
Macrorregiões Brasileiras - 1991/1996

(em 1000)

Estados	Regiões						Total
	Norte	Sudeste			Sul	Centro-Oeste	
		S. Paulo	Outros	Região			
Maranhão	78,4	-12,1	-4,2	-16,3	-0,7	-28,0	-123,4
Piauí	-8,5	-32,1	-2,1	-34,2	-0,6	-25,0	-68,3
Ceará	-13,5	-65,2	-14,4	-79,6	-1,9	-20,8	-115,8
Rio G. Norte	+0,0	-10,3	-0,0	-10,3	-0,1	-3,9	-14,3
Paraíba	-2,5	-39,4	-13,7	-53,1	-0,8	-12,3	-68,7
Pernambuco	-3,2	-110,7	-9,0	-119,7	-1,3	-9,1	-133,3
Alagoas	-0,8	-38,3	-1,7	-40,0	+0,4	-2,6	-43,0
Sergipe	-0,2	-5,6	+1,7	-3,9	-1,6	+0,6	-5,1
Bahia	-15,1	-186,8	-29,3	-216,1	-0,7	-49,6	-281,5
Nordeste	-122,0	-500,5	-72,8	-573,3	-7,3	-150,7	-853,3

Fonte: IBGE (Contagem Populacional)

o caso especial da Paraíba, que tem no Rio de Janeiro uma importante área de recepção dos seus emigrantes. Seria este mais um indício quanto à intensificação da tendência concentracionista já há algum tempo identificada quanto à localização dos migrantes inter-regionais do Nordeste?

Na Tabela 13, constam os contingentes imigrados e emigrados no/do Nordeste, a par com os respectivos índices e taxas pertinentes ao quinquênio 1991/1996. Inicialmente, importa notar que o contingente constituído por emigrantes representou, no tocante à Região como um todo, mais do que o triplo (3,2 vezes) do número total das pessoas que imigraram na Região durante esse período. É importante levar em conta a grandeza desse múltiplo por corresponder ele ao chamado grau de eficácia da corrente migratória dominante em relação a uma determinada área ou local de consideração. Sendo ela alta, como costuma ocorrer no caso nordestino, significa dizer, de um lado, que o grau de eficácia do fluxo dominante (emigração, no caso) em relação ao fluxo oposto (imigração, no caso) acusa uma forte redistribuição líquida de população. De outro, que esse elevado grau reflete uma forte prevalência de fatores de expulsão presentes no local de origem (Nordeste, no caso), concomitantemente à existência de elevados obstáculos intervenientes (de natureza objetiva ou subjetiva) à migração entre as áreas de origem e acolhimento dos migrantes.

A tabela também apresenta os índices referentes à imigração e à migração líquida que se verificaram nos vários estados nordestinos, assim como as respectivas taxas de emigração atinentes ao quinquê-

Tabela 13

Nordeste: Volume e Taxas da Migração Inter-regional, Segundo os Estados - 1991/1996

Estados	1.000 pessoas			Índices e Taxas (%)		
	Imigrantes	Emigrantes	Saldos	Imigrantes (1)	Emigrantes (2)	Migração Líquida (1)
Maranhão	41,3	164,7	-123,4	0,79	3,34	-2,36
Piauí	23,2	91,5	-68,3	0,87	2,65	-2,56
Ceará	61,1	176,9	-115,8	0,90	2,78	-1,70
Rio G. Norte	27,8	42,1	-14,3	1,09	1,74	-0,56
Paraíba	36,1	104,8	-68,7	1,09	3,27	-2,08
Pernambuco	55,1	188,4	-133,3	0,75	2,65	-1,80
Alagoas	14,9	57,9	-43,0	0,57	2,30	-1,63
Sergipe	13,3	18,4	-5,1	0,82	1,23	-0,31
Bahia	111,5	393,0	-281,5	0,89	3,31	-2,24
Nordeste	384,3	1.237,6	-853,3	0,86	2,91	-1,91

Fonte dos dados originais: IBGE (Contagem 1996)

(1) Índices referidos à população total residente em fim de período (1996)

(2) Taxa referida à população total em início de período (1991)

nio 1991/1996.⁽¹⁰⁾ De destacar o fato de serem o Rio Grande do Norte e a Paraíba os estados cujos índices imigratórios se mostraram os mais elevados, ao passo que o Maranhão, a Bahia e também a Paraíba foram aqueles para os quais se registraram maiores propensões de suas respectivas populações a deixar o Nordeste.

Por sua vez, a Tabela 14 detalha as taxas de emigração do Nordeste por sexo, segundo macrorregiões e principais UF de destino. Embora os diferenciais não sejam consideráveis, percebe-se, em quase todos os casos (exceto com relação a Brasília), propensões maiores a emigrar inter-regionalmente entre os homens do que entre as mulheres. No que tange à Região como um todo, a propensão masculina a emigrar do Nordeste foi de 3,1 homens para cada grupo de 100 homens residentes na Região no início do quinquênio e, a feminina, de 2,8 mulheres para cada grupo de 100. De outro lado, as grandezas das taxas de emigração segundo as áreas de destino, que são outra forma de atestar a importância das várias regiões do País como focos de atração de migrantes nordestinos, mostram, em relação à Região Sudeste e, principalmente, ao Estado de São Paulo, que as respectivas propensões a emigrar do Nordeste foram de 2,0 indivíduos e de 1,5 indivíduo, respectivamente, por grupo de 100 residentes no Nordeste no início do quinquênio. Já com relação às Regiões Centro-Oeste e Norte, essas taxas não passaram de 0,5 e 0,4 residente, respectivamente.

(10) A distinção aqui feita entre índice e taxa tem a ver com o fato de o indicador apresentar ou não uma conotação probabilística, ou seja, de a população referida no denominador estar sujeita (taxa) ou não (índice) ao risco de incorrer no fenômeno representado no numerador da expressão (Nações Unidas, 1980:327-337)

Tabela 14

Efetivas Emigrantes do Nordeste e Respectivas Taxas de Emigração Segundo as Macrorregiões de Destino, por Sexo - 1991/96

Macrorregiões de Destino	Nº de Emigrantes		Taxas de Emigração (por 100)		
	1000 Pessoas	% s/Total	Homens	Mulheres	Ambos os Sexos
Região Norte	182,4	14,7	0,46	0,40	0,43
- Pará	103,4	8,4	0,26	0,22	0,24
- Outros UF	79,0	6,4	0,20	0,18	0,19
Região Sudeste	835,5	67,5	2,08	1,86	1,97
- São Paulo	656,1	53,0	1,64	1,46	1,54
- Outros UF	179,4	14,5	0,44	0,40	0,43
Região Centro-Oeste	194,1	15,7	0,45	0,46	0,46
- Brasília	84,1	6,8	0,18	0,22	0,20
- Goiás	82,7	6,7	0,20	0,19	0,19
- Outros UF	27,4	2,2	0,07	0,05	0,07
Região Sul	24,9	2,0	0,06	0,05	0,06
Total	1.237,6	100,0	3,06	2,77	2,91

Fonte dos dados básicos: IBGE (Contagem Populacional 1996).

Essas propensões a emigrar da população nordestina acham-se também detalhadas à Tabela 15 segundo grupos quinquenais de idade. Convém chamar a atenção para algumas características da emigração inter-regional nordestina. Nota-se que as propensões a emigrar, tanto com relação a um como a outro sexo, só progridem (exceto no caso de Brasília) a partir do grupo etário dos 5 aos 9 anos e atingem o auge já logo num grupo etário classificatório de pessoas ainda muito jovens, de 15 aos 19 anos, que inclui pessoas nas primeiras idades ativas para o ingresso no mercado de trabalho. Parece admissível supor que as dificuldades de acesso da população jovem aos próprios mercados de trabalho nordestinos estejam entre os principais determinantes da elevada propensão a emigrar registrada com relação a esse grupo etário.

Os elementos da tabela oferecem indícios da importância que a chamada “migração de trabalho” assume como determinante da saída da população nordestina. De fato, mostram-se desproporcionalmente muito elevadas não só as taxas pertinentes a esse grupo jovem, como também aquelas que dizem respeito aos dois outros que lhe são subseqüentes (20-24 anos e 25-29 anos), ou seja, aqueles congregam adultos jovens, com plena capacitação física para o exercício do trabalho. De um lado essas propensões revelam ser a emigração do Nordeste desfavoravelmente diferenciada em relação ao total da população emissora, ao perder esta proporcionalmente mais em termos daquelas pessoas mais capacitadas fisicamente para o exercício da atividade econômica. De outro, a forte propensão a emigrar de pessoas em idades ativas jovens estaria revelando uma

Tabela 15
Nordeste
Taxas Quinquenais de Emigração da População Nordestina Segundo Regiões e Principais UF de Destino, por Sexo e Idade - 1991/1996 (por mil)

Grupos de Idades (1/9/91)	Norte		Sudeste		Centro-Oeste			Sul	Total
	Pará	Região	S. Paulo	Região	DF	Goiás	Região		
I. Homens									
04	2,63	4,48	11,08	14,18	1,13	1,93	3,65	0,48	22,79
5-9	2,39	4,05	9,38	12,21	1,06	1,61	3,21	0,41	19,89
10-14	2,47	4,31	16,77	21,32	2,10	2,09	4,81	0,61	31,05
15-19	3,27	5,86	36,75	45,13	4,11	3,22	8,46	0,96	60,41
20-24	3,63	6,59	29,56	36,58	3,00	2,95	7,24	1,02	51,44
25-29	3,41	6,17	21,45	27,31	2,09	2,57	5,77	0,91	40,16
30-34	3,39	5,92	16,48	21,66	1,62	2,14	4,71	0,82	33,11
35-39	2,88	5,09	12,82	17,36	1,38	1,89	4,05	0,71	27,22
40-44	2,40	4,25	12,39	13,45	1,02	1,54	3,24	0,61	21,55
45-49	2,06	3,61	8,14	11,08	0,89	1,37	2,80	0,44	17,93
50-54	1,66	2,97	6,15	8,36	0,61	1,08	2,13	0,33	13,80
55-59	1,31	2,35	4,20	5,91	0,41	0,80	1,51	0,26	10,03
60 e +	0,66	1,16	2,26	3,19	0,27	0,45	0,89	0,16	5,40
Total	2,64	4,64	16,35	20,78	1,77	2,01	4,53	0,63	30,59
II. Mulheres									
0-4	2,61	4,48	11,21	14,44	1,18	1,93	3,72	0,46	23,10
5-9	2,53	4,28	10,85	13,98	1,53	1,89	3,93	0,44	22,63
10-14	2,75	4,75	20,13	25,47	4,02	2,54	7,15	0,56	37,89
15-19	2,85	5,09	29,72	36,82	5,00	2,95	8,71	0,79	51,41
20-24	2,85	5,25	23,84	29,81	3,37	2,57	6,72	0,85	42,63
25-29	2,57	4,74	16,91	21,79	2,12	2,06	4,89	0,77	32,20
30-34	2,27	4,14	12,24	16,20	1,51	1,69	3,76	0,69	24,79
35-39	1,79	3,25	9,19	12,40	1,23	1,35	3,03	0,55	19,24
40-44	1,48	2,65	7,88	10,55	0,92	1,16	2,44	0,41	16,05
45-49	1,16	2,23	6,61	8,75	0,76	0,99	2,07	0,32	13,37
50-54	1,01	1,81	5,35	7,10	0,54	0,69	1,58	0,29	10,79
55-59	0,80	1,39	4,33	5,80	0,49	0,69	1,37	0,19	8,76
60 e +	0,47	0,90	2,54	3,58	0,39	0,38	0,90	0,16	5,53
Total	2,24	3,96	14,57	18,59	2,18	1,88	4,60	0,54	27,70
III- Ambos os Sexos									
0-4	2,62	4,48	11,14	14,31	1,16	1,93	3,68	0,47	22,94
5-9	2,46	4,17	10,11	13,09	1,29	1,75	3,57	0,42	21,24
10-14	2,61	4,51	18,45	23,39	3,05	2,31	5,98	0,59	34,46
15-19	3,06	5,47	33,22	40,96	4,56	3,09	8,59	0,87	55,90
20-24	3,23	5,90	26,61	33,10	3,19	2,75	6,97	0,93	46,90
25-29	2,97	5,42	19,08	24,43	2,11	2,30	5,32	0,84	36,01
30-34	2,80	4,99	14,27	18,81	1,56	1,91	4,21	0,75	28,76
35-39	2,30	4,11	10,89	14,74	1,30	1,60	3,51	0,63	22,99
40-44	1,92	3,41	8,81	11,94	0,97	1,34	2,82	0,51	18,68
45-49	1,58	2,88	7,33	9,85	0,82	1,17	2,42	0,38	15,52
50-54	1,32	2,36	5,73	7,69	0,57	0,93	1,84	0,31	12,21
55-59	1,03	1,83	4,27	5,85	0,45	0,74	1,43	0,22	9,34
60 e +	0,56	1,02	2,41	3,40	0,34	0,41	0,90	0,16	5,47
Total	2,43	4,29	15,44	19,66	1,98	1,95	4,57	0,59	29,11

Fonte dos dados básicos: IBGE (Contagem Populacional de 1996)

forte incidência de indivíduos com poucos anos de estudo e com pouca experiência para o exercício de atividades econômicas outras que não aquelas dependentes exclusivamente do esforço muscular.

Um outro aspecto a considerar concerne ao fato de ser a propensão a emigrar mais elevada no primeiro (0 a 4 anos) do que nos demais grupos de idades infantis (5 a 9 anos e 10 a 14 anos). Tratando-se de grupos que agregam pessoas cuja migração não ocorre por decisão própria, é possível admitir ser bastante elevada a participação, no fluxo emigratório do Nordeste, de população adulta jovem acompanhada de filhos ainda em tenra idade. Causa estranheza, entretanto, o fato de as propensões a emigrar concernentes aos três grupos etários infantis (faixa de 0 a 14 anos) serem, ao contrário do que se registra com relação a todos os demais grupos, mais altas no seio do contingente feminino do que do masculino. Esta é uma ocorrência que se mostrou extensiva a todas as áreas de destino (regiões e UF) consideradas na mencionada tabela. Por que essas maiores propensões a emigrar das crianças do sexo feminino em relação às do sexo masculino? Haveria algum efeito inibitório mais sensível à emigração de pais com filhos do sexo masculino? Sem poder adiantar qualquer tentativa de resposta a tais indagações, fica, pelo menos, feito o registro da ocorrência.

A Tabela 16 oferece uma visão abrangente sobre a imigração ocorrida em cada UF nordestina durante o quinquênio 1991/1996. Embora os dados dessa tabela deixem de discernir sobre o âmbito regional do deslocamento, eles têm em conta não só o âmbito estadual ou não da procedência, como também a localização dos imigrantes segundo se trate ou não das microrregiões das capitais dos Estados receptores. Esta última distinção foi aqui feita no sentido de destacar a incidência da migração com destino àquelas áreas urbanas por excelência existentes na Região.

Percebe-se, no que tange a todos os estados receptores, o predomínio de migrantes que se deslocam a curta distância, isto é, intra-estadualmente, com percentuais que variaram entre 52,5%, no caso do Piauí, a nada menos do que 73,0%, no caso do Maranhão. Em nível do conjunto dos estados nordestinos, os migrantes de origem interestadual representaram 31,0% do total, contra 68,9% daqueles que realizaram migração intra-estadual.

Quanto às microrregiões das capitais, os migrantes interestaduais também tiveram participação minoritária em todas elas, com percentuais que, se mostraram, em quase todos os casos, inferiores àqueles verificados com relação aos respectivos totais estaduais. Significa dizer que, no tocante à migração de longa distância, a procura

Tabela 16
Região Nordeste - Pessoas Que Não Residiam no Município de Residência Atual em 1/9/91, Segundo a Origem do Movimento Migratório, por Unidade da Federação - 1/9/96

Discriminação	Imigrantes (1000)	Origem do Movimento (%)			% s/Total UF			Razão de Sexo	% s/População Residente em 1/3/93 (2)
		Total (1)	Outra UF	Mesma UF	Total	Outra UF	Mesma UF		
Maranhão	269,7	100,0	25,6	73,0	100,0	100,0	100,0	91,8	5,2
- MR São Luis	71,7	100,0	20,5	78,0	27,3	21,8	29,2	75,8	8,2
- Outras	191,0	100,0	27,5	71,1	72,7	78,2	70,8	98,6	4,6
Piauí	119,3	100,0	46,7	52,5	100,0	100,0	100,0	91,1	4,5
- MR Teresina	50,6	100,0	45,4	53,9	42,4	41,3	43,6	76,1	6,6
- Outras	68,7	100,0	47,6	51,4	57,6	58,7	56,4	104,0	3,7
Ceará	325,9	100,0	30,7	68,2	100,0	100,0	100,0	95,3	5,0
- MR Fortaleza	152,1	100,0	29,6	69,1	46,7	45,1	47,3	88,3	6,1
- Outras	173,7	100,0	31,6	67,4	53,3	54,9	52,7	101,8	4,2
Rio G. do	160,1	100,0	32,8	66,2	100,0	100,0	100,0	92,2	6,4
Norte									
- MR Natal	72,7	100,0	38,2	60,8	45,4	52,9	41,8	85,0	10,1
- Outras	87,4	100,0	28,3	70,6	54,6	47,1	58,2	98,5	4,9
Paraíba	173,3	100,0	40,9	58,2	100,0	100,0	100,0	93,7	5,3
- MR J. Pessoa	62,2	100,0	33,9	64,9	35,9	29,7	40,0	84,0	8,2
- Outras	111,1	100,0	44,9	54,4	64,1	70,3	60,0	99,5	4,4
Pernambuco	396,9	100,0	29,3	69,4	100,0	100,0	100,0	93,3	5,5
- MR Recife	169,9	100,0	23,1	75,2	42,8	33,7	46,4	87,4	6,3
- Outras	226,9	100,0	34,0	65,0	57,2	66,3	53,6	97,9	5,0
Alagoas	142,8	100,0	29,0	70,2	100,0	100,0	100,0	94,9	5,6
- MR Maceió	62,3	100,0	29,0	70,1	43,6	43,7	43,5	88,3	7,6
- Outras	80,5	100,0	29,0	70,3	56,4	56,3	56,5	100,4	4,6
Sergipe	86,6	100,0	42,1	56,8	100,0	100,0	100,0	91,3	5,6
- MR Aracaju	44,4	100,0	43,4	55,5	51,2	52,8	50,1	85,6	7,8
- Outras	42,3	100,0	40,8	58,1	48,8	47,2	49,9	97,6	4,3
Bahia	599,7	100,0	27,2	70,9	100,0	100,0	100,0	95,6	4,9
- MR Salvador	137,6	100,0	22,8	75,1	22,9	19,2	24,3	83,2	5,3
- Outras	462,2	100,0	28,6	69,7	77,1	80,8	75,7	99,6	4,8
Nordeste	2.267,2	100,0	31,0	68,9	100,0	100,0	100,0	93,9	5,2
- MR Capitais	823,6	100,0	29,1	70,9	36,3	34,0	37,4	84,6	5,3
- Outras	1.443,6	100,0	32,2	67,8	63,7	66,0	62,6	99,6	4,8

Notas: (1) Inclusive estrangeiros e pessoas sem declaração;

(2) Em meio do período 1/9/91 a 1/9/96

Fonte: IBGE (Contagem Populacional - 1996)

pela localização nas microrregiões das capitais nordestinas mostrou-se relativamente mais branda do que a observada em relação ao conjunto das demais microrregiões dos respectivos estados. Quanto a isto, as exceções disseram respeito aos contingentes que se deslocaram para a microrregião de Natal, no Rio Grande do Norte e, em plano menos destacado, para a de Aracaju, no Estado de Sergipe.

A tabela também revela a importância assumida pelas microrregiões das capitais no que concerne à absorção dos imigrantes. Assim é que a microrregião de Aracaju portou-se como sendo aquela a acolher a proporção mais expressiva (51,2%) de todos os imigrantes pertinentes a Sergipe, inclusive, separadamente, tanto em termos daqueles que procederam de outros estados, como daqueles cujo deslocamento teve origem num município sergipano. Em segundo mas não menos destacado plano, situaram-se as microrregiões de Fortaleza, Natal, Maceió e Recife, com percentuais que variaram entre 46,7% e 42,8% no tocante ao acolhimento global. Porém, vale aqui destacar o caso da microrregião de Natal, por ter absorvido mais da metade (52,9%) de todas as pessoas que se deslocaram interestadualmente e imigraram no Rio Grande do Norte durante o quinquênio. No outro extremo, registram-se as microrregiões de São Luís e, principalmente, de Salvador, como sendo as de menor participação no tocante à absorção em comentário (27,3% e 22,9%, pela ordem de citação).

A penúltima coluna dessa tabela apresenta as razões de sexo dos imigrantes segundo os estados e as microrregiões de localização. Cumpre destacar, inicialmente, o predomínio dos migrantes do sexo feminino, tanto em nível de cada estado, como da maioria dos respectivos subconjuntos microrregionais considerados. Percebe-se também que essas proporções entre sexos mostraram-se ainda mais desequilibradas no caso daquelas pessoas que imigraram nas microrregiões das capitais, denotando a importância da componente feminina nos fluxos que têm essa orientação. Neste particular, a migração feminina mostrou-se a mais expressiva de todas nas microrregiões de São Luís e Teresina.

Finalmente, a última coluna da tabela procura identificar aqueles espaços onde se estaria fazendo uma maior pressão da migração em termos relativos à própria dimensão das populações neles residentes. Em termos de estado, tal pressão variou entre 6,4%, no Rio Grande do Norte, e 4,5% no Piauí, tendo ela se mostrado sempre bem mais expressiva nas microrregiões das capitais do que nos respectivos subconjuntos classificatórios das demais micror-

regiões. Foi na microrregião de Natal onde essa pressão se afigurou mais patente (10,1% da população receptora). Neste particular, destacaram-se também as microrregiões de João Pessoa (8,2%), São Luís (8,2%), Aracaju (7,8%) e Maceió (7,6%). Entre as microrregiões metropolitanas, tal pressão estaria se fazendo sentir mais intensamente em Fortaleza e no Recife (6,3% em cada uma delas) do que em Salvador (5,3%), sendo, a propósito, esta microrregião da capital baiana aquela a apresentar o índice mais baixo dentre todas as microrregiões das capitais nordestinas.

3.4. Seletividade e Diferenciais Migratórios de Natureza Demográfica

A migração constitui um processo seletivo e diferenciado cuja prevalência tem respaldo em influências associadas à heterogeneidade das condições econômicas e sociais presentes entre as áreas de origem e recepção de migrantes. Presume-se não constituírem os migrantes uma amostra aleatória da população de origem e serem, ao mesmo tempo, diferenciados em relação a áreas receptoras. Isto estaria associado ao fato de os indivíduos diferenciarem-se entre si em termos de fatores e características pessoais, de sensibilizarem-se de forma diversa em relação a uma série de fatores atrativos e expulsivos atuantes nos locais de origem e de destino dos fluxos migratórios, de disporem ou não de condições para superar obstáculos existentes ou interpostos a potenciais deslocamentos, etc. (Lee, 1980: 89-114).

Aqueles indivíduos que respondessem principalmente aos fatores positivos prevaletentes nos locais de destino tenderiam a constituir um efetivo populacional positivamente seletivo em relação à população de origem, seja pela sua capacidade de percepção das oportunidades existentes no pretense local de destino, seja pelas condições disponíveis para enfrentar ou arcar com o ônus do deslocamento. Já aqueles migrantes cujos deslocamentos decorressem principalmente da atuação de fatores expulsivos atuantes nos locais de origem tenderiam a constituir um contingente negativamente seletivo. As condições expulsivas atuariam com maior severidade contra indivíduos que, social e economicamente, fossem os mais vulneráveis.

Assim sendo, as pessoas com características distintas reagiriam de forma diferenciada ao desequilíbrio de fatores positivos e negativos atuantes nos locais de origem e de destino. A migração

tenderia mesmo a reduzir, tanto em um como em outro desses locais, a “qualidade” preexistente das respectivas populações residentes, em termos de uma característica específica.

Há também a considerar um outro aspecto que deve afetar bastante a seletividade e os diferenciais migratórios. A migração faria parte dos chamados “rites de passage”, sendo mais intensa em certas etapas do ciclo vital – idades de ingresso na faixa econômica ativa, na faixa prolífera, nas idades de contrair matrimônio, nas idades de retiro da atividade econômica, etc. – pelo que afetaria, por uma série de razões, a propensão migrar de certos segmentos da população classificada por sexo e grupos etários.

No que diz respeito exclusivamente aos aspectos demográficos, dispõe-se de uma gama razoável de informações propiciadas pela Contagem de 1996. Elaborou-se, com base nelas, a Tabela 17 que apresenta indicadores demográficos (estrutura etária, razão de sexo, índices de envelhecimento e de dependência, idade mediana) que dão a perceber diferenciais significativos entre os vários segmentos populacionais classificados em função de sua situação migratória (não-migrantes, migrantes intra-estaduais e intra-regionais, imigrantes e emigrantes inter-regionais).

Comparando, inicialmente, os indicadores pertinentes aos sub-contingentes não-migrante e imigrante (inter-regional), percebe-se que o primeiro deles apresenta uma estrutura mais ponderada por pessoas classificadas em idades não ativas, ou seja, por pessoas muito jovens (menos de 15 anos) ou muito idosas (65 anos e mais). Caracteriza-se o sub-contingente imigrante (inter-regional) por uma razão de sexo mais elevada, um índice de envelhecimento mais baixo, uma menor razão de dependência, e uma idade mediana mais alta. É presumível que tais diferenciais estejam a refletir, na composição deste subcontingente, os efeitos de determinações relacionadas ou associadas à procura de trabalho e/ou à (in)disponibilidade de emprego nas áreas de procedência desses migrantes, algo que, como já se viu, teria intensificado bastante o fluxo de retorno à Região a partir dos anos 80. Aliás, é importante notar, no fluxo dos imigrantes inter-regionais dos anos 90, a elevada participação das pessoas nas faixas de idades produtivas, sobretudo naquelas que classificam pessoas menos jovens e mais amadurecidas para o exercício da atividade econômica (30 a 39 anos, principalmente).

Quanto aos dois subcontingentes classificatórios de migrantes que se deslocaram intra-regionalmente (tanto entre estados da Região, como dentro do próprio estado), não se evidenciaram diferenças muito

significativas entre si mas, como observação geral, menciona-se o fato de os respectivos indicadores se situarem quase sempre numa posição intermediária entre os níveis que disseram respeito, de um lado, ao subcontingente não-migrante e, de outro, ao dos imigrantes inter-regionais.

Apresentam-se esses mesmos indicadores para o conjunto dos emigrantes nordestinos, isto é, para o subcontingente composto por aquelas pessoas que deixaram a Região na primeira metade da década em curso. Em linhas gerais, tal efetivo foi representado em maior proporção do que todos os demais por pessoas classificadas na faixa de idades ativas mas, neste caso, principalmente por pessoas classificadas nos primeiros grupos de tal segmento (observe-se, por exemplo, a faixa dos 20 aos 29 anos). Com relação às faixas de idades ativas, prevaleceram razões de sexo também nitidamente favoráveis ao elemento masculino. É de supor, inclusive, que o comportamento histórico dessa relação esteja em alguma medida a explicar o grande desfalque de população masculina que se observa, a partir dos 20 anos de idade, no subconjunto da população não-migrante e mesmo em alguns grupos etários daqueles outros subcontingentes que também agregam pessoas que permaneceram residindo no Nordeste.

As características da emigração regional levam à presunção de tratar-se de um movimento migratório também fortemente influenciado por determinações ligadas ao mercado de trabalho, mas que, neste caso, afetariam proporcionalmente mais àquelas pessoas à procura do primeiro ingresso nesse mercado. De fato, o cotejo entre os fluxos migratórios de ingresso e saída com relação ao Nordeste indicam que o Nordeste estaria perdendo principalmente população masculina em idades ativas jovens e ganhando principalmente população masculina em idades ativas já mais amadurecidas. Quantitativamente, porém, tais fluxos não são compensatórios entre si, isto é, têm sua resultante, em termos estritamente quantitativos, fortemente desfavorável à Região. Seria isto compensado por um forte diferencial qualitativo em termos de experiência e capacitação não exclusivamente física para o trabalho por parte dos contingentes imigrantes, inclusive os retornados? Percebe-se também que o subcontingente que emigrou do Nordeste apresentou índice de envelhecimento e razões de dependência bem inferiores àquelas pertinentes ao subcontingente não-migrante e mesmo às de todos os demais subcontingentes explicitados à tabela.

Tais observações vêm em reforço à conclusão de terem sido os fluxos emigratórios de nordestinos para São Paulo constituídos nos anos 80 e 90, predominantemente por novas coortes migratórias.

Tabela 17

Nordeste - Características Demográficas da População Segundo o Status Migratório - 1991/1996

Discriminação	Não Migrantes	Migrantes Intra-Estaduais	Migrantes Intra-Regionais	Imigrantes Inter-Regionais	Emigrantes Inter-Regionais
I - Estrutura Etária (1)					
05-09	13,3	12,4	12,4	12,3	10,1
10-14	14,3	13,4	13,0	11,4	9,9
15-19	13,0	14,6	14,3	9,4	15,5
20-29	18,6	23,9	24,2	22,4	36,0
30-39	14,2	16,0	16,9	21,9	15,6
40-49	10,0	9,0	9,6	11,9	7,1
50-59	7,1	5,0	4,9	5,6	3,3
60-64	2,6	1,7	1,4	1,6	0,8
65 e mais	6,3	3,7	3,1	2,8	1,4
Total (2) - n°s Relativos - 1000 pessoas	100,0 37.453,2	100,0 1.533,5	100,0 319,6	100,0 384,3	100,0 1.237,6
II- Razão de Sexo (3)					
05-09	102,3	100,6	100,0	102,3	100,9
10-14	101,4	89,9	92,3	102,4	89,6
15-19	101,9	72,7	78,1	92,1	82,2
20-29	95,0	81,2	84,7	104,6	115,5
30-39	90,7	98,7	98,6	114,5	117,6
40-49	93,1	107,9	115,5	131,4	124,6
50-59	87,4	104,8	117,6	131,3	117,8
60-64	85,7	94,6	107,6	110,2	96,4
65 e mais	86,4	95,3	100,4	101,8	85,7
Total	95,1	90,2	93,7	109,6	105,7
III- Índice de Envelhecimento (4)					
	22,8	14,3	12,2	11,8	7,0
IV- Razão de Dependência (5)					
População Jovem (5)	42,1	36,8	35,6	32,6	25,5
População Idosa (6)	9,6	5,3	4,3	3,8	1,8
Total (7)	51,8	42,0	40,0	36,4	27,3
V- Idade Médiana					
População Masculina	21,4	21,8	22,2	26,1	21,4
População Feminina	22,9	20,6	20,8	24,4	20,3
População Total	22,2	21,1	21,4	25,3	20,9

Notas: (1) Idades em 1.9.96

(2) Excluídas idades ignoradas

(3) Proporção de homens em relação a mulheres (vezes 100)

(4) Proporção da população idosa (65 anos e mais) em relação à população jovem (menos de 15 anos)

(5) Proporção da população jovem (mais de 15 anos) em relação à população em idades ativas (15-64 anos)

(6) Proporção da população idosa (65 anos e mais) em relação à população em idades ativas (15-64 anos)

(7) Proporção da população em idades inativas (jovens e idosos) em relação à população em idades ativas (15-64 anos)

O crescimento da reemigração, ou seja, o aumento da circularidade, do “ir e vir” de “retornados” entre São Paulo e o Nordeste não estaria assumindo, assim, a importância que geralmente se lhe era antes atribuída (Pinto da Cunha, 1998: 605-626).

3.5. Migração e Crescimento Vegetativo

Procurar-se-á considerar agora o efeito inibitório sobre a migração regional resultante da ação de um fator geralmente aludido, mas bem pouco explorado nos estudos recentes realizados a respeito dela: a queda da fecundidade. De fato, a taxa de fecundidade total (TFT) da população nordestina que, até 1970, como média regional, variava entre 7,0 e 7,5 filhos por mulher, passou desde então a apresentar um persistente e rápido declínio, de forma a atingir 3,7 filhos por mulher, em 1991, e 3,3 filhos por mulher, em 1993 (Moura & Teixeira, 1997). Embora fuja ao escopo e aos objetivos deste estudo uma incursão mais aprofundada de natureza explicativa sobre o despencar desse índice, vale tão-somente chamar a atenção que isto deve estar intimamente associado ao fenômeno em curso da urbanização da população regional, no qual se entrelaçam elementos de modernização “à brasileira”, de proletarização ou semi-proletarização da população que migra para as cidades, de saída da mulher do âmbito doméstico para a esfera das relações sociais monetizadas, etc. O fato é que, entre 1970 e 1993, ou seja, em cerca de um quarto de século, a taxa de fecundidade regional caiu em nada menos do que 56% em relação ao seu nível inicial. Queda de tal magnitude estaria exercendo forte determinação quanto à tendência declinante do crescimento vegetativo da população regional, cuja taxa, entre os anos 70 e 80, teria baixado de 2,36% a.a. para 1,91% a.a.

A fim de procurar aquilatar, com alguma precisão, a real importância que teve a queda da fecundidade via crescimento vegetativo para inibir o potencial emigratório regional durante o período 1991/1996, elaborou-se a estimativa que consta à Tabela 18. A hipótese de trabalho subjacente é que, sob um ângulo de consideração estritamente demográfico, a desintensificação em curso no crescimento vegetativo da população nordestina foi um fator importante para o esmorecimento da emigração regional durante o referido quinquênio. A questão que, objetivamente fundamenta a elaboração da estimativa é a seguinte: “qual teria sido a magnitude da emigração nordestina, entre 1991 e 1996, se a população residente na Região, em início do período 1991/1996 tivesse continuando a crescer

vegetativamente à mesma taxa com que o fez na década antecedente (1981/1991)?"

No sentido de procurar responder tal indagação, foi levada em consideração, inicialmente, a taxa de crescimento vegetativo prevalecente no decênio 1981/1991. Ela, quando aplicada à população regional residente em início do período 1991/1996, determina o respectivo total de população que seria de esperar estivesse residindo na Região, ao final do quinquênio, na ausência de migração e na hipótese de ter permanecido a mesma intensidade de crescimento vegetativo no período anterior. Isto é algo que se percebe não haver ocorrido com respeito a esta segunda condição: as populações estaduais residentes em 1996 (dados não mostrados), após serem "ajustadas" em razão da incidência migratória (exclusão dos imigrantes e inclusão dos emigrantes), resultaram bastante inferiores às populações projetadas (exceto no Ceará). Significa dizer que houve no período anterior, crescimento vegetativo mais intenso do que o do quinquênio 1991/1996. É algo que se percebe mais facilmente no caso do Nordeste como um todo, se calcularmos a taxa de crescimento vegetativo pertinente ao quinquênio 1991/1996 com base nos dados referentes à população residente em 1991 e à população "ajustada" residente em 1996. A taxa assim calculada para o Nordeste atingiu 1,44 % a.a., contra 1,91% a.a. no período 1981/1991, revelando no ritmo do crescimento vegetativo de população nordestina.

Os três últimos itens da Tabela 18 correspondem aos resultados da estimativa. O primeiro deles (item V) apresenta o efeito absoluto do declínio havido no crescimento vegetativo sobre o volume da população nordestina. Significa ele dizer que se não tivesse havido tal declínio, deveriam ter sido contabilizadas na Região, em 1996, cerca de 1.062,6 mil crianças a mais com menos de 05 anos de idade.

Já o item seguinte (item VI) apresenta a estimativa de como isto afetou o que teria sido o volume emigratório da Região durante o quinquênio. Mostra, em primeiro lugar, que 24,4 mil crianças com menos de 05 anos de idade teriam deixado de emigrar, número este obtido mediante aplicação da propensão a emigrar específica desse grupo etário (22,94 por mil, conforme Tabela 15) ao total de crianças que deixaram de nascer durante o quinquênio. Pelo fato de tratar-se de um grupo etário cuja migração se caracteriza por uma forte relação de dependência há que considerar também o que tal migração teria representado em relação à população adulta. Para isto admitiu-se que esta última estaria concentrada na faixa dos 20 aos 39 anos de idade, supostamente o segmento etário modal das famílias com filhos

nas primeiras idades infantis. Estimou-se que tal dependência "às avessas" diria respeito a cerca de 124,7 mil adultos, com base na proporção verificada no contingente dos emigrantes inter-regionais do Nordeste (Tabela 17) entre os indivíduos classificados na faixa de 20-39 anos e aqueles na de 0-4 anos (média de 5,1 adultos por criança emigrante). No total, o menor ritmo de crescimento vegetativo da população regional registrado no período 1991/1996 teria tolhido a emigração de 149,1 mil nordestinos.

Este volume corresponde ao que se considerou a parcela não realizada do potencial emigratório regional. Tendo em conta a emigração que de fato se registrou durante o quinquênio (v. item VII), conclui-se que a queda do crescimento vegetativo da população regional teria sido responsável por uma atenuação de algo entre 10% e 11% (10,8%, mais precisamente) do potencial emigratório do Nordeste nos anos 90.

Tabela 18
Nordeste - Estimativa do Efeito da Queda do Crescimento Vegetativo sobre a Emigração - 1991/96

Discriminação	Mil Pessoas
I- População Residente (1991)	42.470,2
II- População Residente (1996)	44.768,2
III- População Projetada (1996) ⁽¹⁾	46.684,1
IV- População Ajustada (1996) ⁽²⁾	45.621,5
V- Efeito Absoluto da Queda do Crescimento Vegetativo sobre o Volume Populacional da Região ⁽³⁾	1.062,6
VI- Efeito da Queda do Crescimento Vegetativo sobre a Emigração ⁻⁻⁻	
Regional:	
- da População de 0-4 anos ⁽⁴⁾	24,4
- da População Adulta ⁽⁵⁾	124,7
- da População Total ⁽⁴⁺⁵⁾	149,1
VII- Potencial Emigratório Regional	
- Realizado ⁽⁶⁾	1.237,6
- Não Realizado ⁽⁷⁾	149,1
- Total ⁽⁶⁺⁷⁾	1.386,7

- Notas: (1) População projetada com base na taxa de crescimento vegetativo de 1,91% a.a. estimada para o período 1981/91 por MOURA & TEIXEIRA, *op. cit.*, tabela 20;
 (2) População residente em 1996 mais emigrantes inter-regionais menos imigrantes inter-regionais do período 1991/96;
 (3) Obtido por diferença entre os valores atinentes aos itens III e IV;
 (4) Obtido mediante aplicação da propensão a emigrar da população de 0-4 anos (v. tabela 17) sobre o total da população que deixou de nascer durante o período (v. item V);
 (5) Obtido mediante aplicação ao valor acima encontrado da proporção entre a população de 20-39 anos e a população de 0-4 anos prevalecente no contingente de emigrantes inter-regionais do Nordeste (v. tabela 19);
 (6) Total observado com relação ao período 1991/96 (segundo a Contagem Populacional);
 (7) Total pertinente ao item VI.

Entretanto, vale fazer a ressalva de que, a despeito dessa tendência identificada de abrandamento do potencial emigratório regional, a questão, no fundo, não pode nem se deve restringir a um plano estritamente demográfico quantitativo, isto é, ser vista divorciada de sua referência social. Tal abrandamento sempre se redefine quando focalizado sob o prisma das possibilidades de inserção da população no sistema produtivo, pois como se sabe “a gênese da questão migratória na sociedade industrial é inerente à formação do excedente populacional decorrente do dinamismo da produção capitalista” (Pacheco & Patarra, 1998: 449).

4. Considerações Finais

Foi possível evidenciar neste texto algumas das principais tendências que marcaram o comportamento da migração regional em período recente (1981/1996). A partir daí, é possível pinçar algumas como base para refletir ou apenas inquirir sobre seus determinantes, efeitos, e perspectivas de políticas. Poderão servir também para destacar questões que estão a merecer investigações futuras por parte dos pesquisadores que militam nesta e/ou sobre esta Região, seja no campo da Demografia, seja, preferencialmente, de forma integrada com os demais ramos das Ciências Sociais.

Cumprir referir, inicialmente, a persistência e até a intensificação dos deslocamentos populacionais rurais-urbanos, já não mais limitados, como no passado, apenas aos acréscimos vegetativos ocorridos nas populações residentes em quadros rurais. De fato, já passaram a incidir, em todos os Estados da Região, sobre os próprios estoques populacionais existentes nesses quadros. Como permitem predizer alguns importantes modelos teóricos existentes sobre o processo migratório, seria de esperar uma desruralização maciça da população por efeito de uma modernização que tivesse ocorrido nas atividades agrícolas do Nordeste (Singer, 1980: 211-244). Isto é algo que já aconteceu, por exemplo, no Agreste Pernambucano, nos remotos idos de 60 e 70, por efeito, entre outras coisas, de programas de modernização das atividades agrícolas introduzidos sob a égide governamental, como foi o caso do chamado “processo de pecuarização” que determinou o aniquilamento dos “complexos rurais” ali preexistentes e expulsou grande parte da população agrestina a eles vinculada (Lacerda de Melo, 1982: 191-218). Já teria também acontecido na Zona da Mata por efeito da modernização das relações de trabalho causadas/associadas, numa determinada época, a

condições favoráveis no mercado internacional do açúcar, determinantes de um expansionismo interno das áreas cultivadas com cana (e conseqüente expulsão dos antigos trabalhadores - moradores) bem como da aplicação das leis trabalhistas à lavoura através do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4.214 de 21/03/1963) (Lacerda de Melo, 1980: 1073-1106).

Quando essas modernizações não ocorrem, dizem os modelos, a emigração rural geralmente se dá mais lentamente, pelo fato de não serem integralmente absorvidos nessas áreas os excedentes populacionais gerados pelo crescimento vegetativo de seus estoques populacionais (Singer, 1980). Mas desde aquela época, e a não ser por algumas manchas bastante circunscritas de agricultura irrigada – nos vales do São Francisco e do Açu, principalmente – que “modernizações” agrícolas de porte teriam havido no Nordeste de modo a suscitar o desenraizamento, em tão larga escala, dos próprios estoques de população residente em quadros rurais?. Que explicações poderiam ser avançadas?

Em termos prospectivos, haveria também que perguntar, sob um outro prisma, que efeitos poderão resultar dessa desruralização quanto aos volumes de população rural a serem futuramente afetados pelas secas periódicas do semi-árido nordestino? Tenderão as secas a perder parte da grande importância que historicamente sempre tiveram, pelo clamor público, para impressionar e estimular preocupações reais ou aparentes do Governo sobre seus efeitos do campo? E também para propiciar às elites políticas e econômicas locais (e não só) proveitos e vantagens próprias sobre um flagelo que elas facilmente transformam em “benesse”? (Greenfield, 1989: 219-243).⁽¹¹⁾ Poderia se transformar a desruralização em curso numa

(11) A referência a este excelente estudo, todo fundamentado em documentos e jornais da época, foi aqui feita para chamar a atenção de que pouca coisa mudou deste então em termos de soluções estruturais permanentes em benefício das populações flageladas. Ao contrário, o que se continua fazendo é reciclar a pobreza e exacerbar ou manter os desequilíbrios regionais e entre classes sociais. Como coloca esse autor, “os retirantes abandonavam seus locais de residência à procura de socorro mas só encontravam soluções de curto prazo ou paliativas. No fim, restavam-lhes duas opções: o retorno ao local de origem, a fim de aguardarem a próxima seca ou a procura de oportunidades de trabalho nas cidades litorâneas ou em outros locais economicamente mais dinâmicos” (p. 233). Como se vê, nada muito diferente do que se tem ainda hoje. A rapacidade das elites também era a mesma, com a única diferença talvez de o discurso ser menos encoberto, ser menos sofisticado. Que político dos nossos tempos teria a sinceridade do Barão de Jaguaribe, Senador Imperial pelo Ceará ao afirmar: “É um socorro que tem por fim não só dar trabalho e assim evitar que uma população numerosa sofra... como, ao mesmo tempo, aproveitar as circunstâncias para realização de obras de que a província muito precisa, *por preço muito menor do que em qualquer ocasião se poderia obter*” (grifo nosso). Note-se que o discurso atual substitui geralmente a expressão “socorro” pela expressão “solidariedade” ...

espécie de encaminhamento “espontâneo” para soluções estruturais (cultivo de lavouras xerófilas, por exemplo) mais consistentes e menos paliativas (do tipo cestas básicas) relativas a questão da seca? O fato de essa desruralização estar ocorrendo a despeito de os últimos censos não terem sido realizados em anos secos reveste-a de um caráter de persistência e lança um fio de esperança na referida direção? Por outro lado, desruralização em termo de simples mudança do quadro de residência não estaria apenas correspondendo a uma concentração, a baixo custo, em vilas e lugarejos próximos daqueles “viveiros de mão-de-obra” tão funcionais à reprodução das elites políticas econômicas locais (e não só)? Além disto, quais as repercussões dessa pressão populacional sobre o emprego e a infraestrutura urbana regionais?

Uma outra tendência a destacar consiste na desconcentração metropolitana da população regional. Embora parte do declínio no ritmo de crescimento das regiões metropolitanas do Nordeste, como, de resto, nas demais regiões metropolitanas do País, possa ser atribuído à queda da fecundidade, não teria esta a responsabilidade exclusiva na determinação da referida tendência. A ocorrência teria também muito a ver com a desintensificação do ingresso de migrantes nessas regiões, conjugada a um acirramento da emigração dos residentes metropolitanos.

Houve, a partir dos anos 80, uma inversão nas tendências anteriores do crescimento populacional de todas as regiões metropolitanas brasileiras, por efeito de novas realidades migratórias (Baeninger, 1998: 743). Pacheco & Patarra, a propósito, mencionam que “...o fato que mais [lhes] chamou a atenção quando da divulgação dos primeiros resultados do Censo Demográfico de 1991 foi a inversão da tendência ocorrida na região metropolitana de São Paulo, que passou de um saldo migratório positivo de aproximadamente 2,5 milhões de pessoas para um saldo migratório negativo de aproximadamente 700 mil pessoas” (Pacheco & Patarra, 1998: 458). Brito & Souza, ao estudarem a dinâmica do crescimento da região metropolitana de Belo Horizonte, embora sem esquecerem que parte da responsabilidade pelo arrefecimento do mesmo se deve à queda da fecundidade, consideram a modificação do padrão migratório como a causa estrutural mais importante para explicar o declínio ali verificado (Brito & Souza, 1998). Vários outros estudos também apontam nessa mesma direção com relação a outras regiões metropolitanas brasileiras (Ver, por exemplo, Lago, 1998: 383-419).

Trata-se, portanto, de um fenômeno que se vem manifestando

num plano nacional mais amplo. Apesar da tentativa feita neste trabalho de oferecer algumas explicações mais circunscritas ao nível regional com relação às tendências do crescimento populacional das regiões metropolitanas nordestinas, há que considerar também, a perspectiva de situá-las em contexto mais abrangente. Para Baeninger, por exemplo, “a emergência do processo de reestruturação produtiva em âmbito internacional, neste final de século, tem contribuído, ao nível nacional, regional e local para a configuração de espaços urbanos selecionados. Tais espaços têm apresentado transformações significativas em termos econômicos, políticos e sociais em um esforço de inserção nessa dinâmica global. Modificaram-se as formas e os processos urbanos até então vigentes nas cidades; intensificou-se a velocidade das transformações tecnológicas; as cidades pequenas e de porte médio passaram a constituir uma importante fatia do dinamismo regional; mudaram a direção e o sentido dos fluxos migratórios” (Baeninger, 1998: 729). Trata-se de um diagnóstico que, para o momento atual, percebe-se ser mais aplicável talvez a São Paulo e à região Sudeste, onde tais processos já estariam a se fazer sentir com maior nitidez. Novas polarizações e novas territorialidades já estariam a se configurar: em estágio mais avançado nas áreas mais dinâmicas, em estágio ainda embrionário, nas áreas periféricas. Assim sendo, estaria em gestação uma nova organização do espaço brasileiro e do seu respectivo sistema de cidades. Quando, onde e como os impulsos gerados por essa polarização reversa e por novas polarizações que despontam, irão se esbater claramente sobre regiões periféricas como o Nordeste é algo que se afigura ainda encoberto por um certo véu de mistério, dadas as insuspeitadas e inextricáveis conseqüências dos ditames estabelecidos pela lógica do capital. Mas, ao que tudo leva a intuir, a nova tendência não será no sentido de um fortalecimento das hierarquias e dos vínculos e liames hoje prevaletentes com relação ao sistema de cidades da região. Recife tem uma boa experiência nesse sentido, a partir de um determinado momento em que teve suas funções de pólo regional sensivelmente limitadas em razão do que já se explicitou no texto.

Tal incerteza, possivelmente, é que levou Pacheco & Patarra, em síntese sobre o conteúdo dos trabalhos apresentados no “Encontro Nacional Sobre Migração”, a colocar importantes interrogações sobre a natureza dos movimentos migratórios recentes ocorridos no País. Esses autores lançam dúvidas se “as características desses movimentos a partir dos anos 80 [já] justificam a afirmação de estarmos diante de novos padrões migratórios. Ou estar-se-ia diante de efeitos

conjunturais decorrentes das oscilações entre momentos de crescimento e momentos de crise e estagnação que se desenrolaram ao longo da década passada [década dos 80]? Seriam esses efeitos determinados por processos anteriores de desconcentração industrial, os quais, com certa defasagem, influenciariam os novos fluxos? Estariam essas novas características migratórias já refletindo o novo contexto internacional com conseqüências perversas em níveis crescentes de desemprego, subemprego e informalidade nas relações de trabalho? A flexibilização das relações de produção, com todas as dimensões de precarização da força de trabalho, reforçada por políticas sociais deficitárias e insuficientes, poderiam ser percebidas e orientadoras de buscas de alternativas distintas para determinados grupos de migrantes? A diversidade de movimentos e de grupos sociais envolvidos poderia estar refletindo, também, a desigualdade social acirrada, influenciando a decisão de “fuga” das metrópoles por parte crescente de setores de classe média [mas não só]...? ... No conjunto, estar-se-ia frente à concomitância de movimentos típicos de etapas anteriores do desenvolvimento industrial com movimentos típicos da atual fase de internacionalização da economia” (Pacheco & Patarra, 1998: 458).

São questões cujas respostas poderiam explicar uma outra importante tendência que o presente trabalho identificou: o acirramento da migração de retorno ao Nordeste (oriunda principalmente de São Paulo), concomitante a uma intensidade que permaneceu ainda bastante significativa (independentemente da queda da fecundidade) no fluxo de nordestinos que emigraram para a região Sudeste (São Paulo, principalmente) em anos recentes. Também a tendência de a população emigrante do Nordeste se concentrar cada vez mais em umas poucas áreas de destino, em São Paulo, principalmente, pode ter sua explicação no cerne das respostas a algumas dessas indagações. Mas o que novas válvulas de escape poderia a população do Nordeste recorrer para sobreviver?

5. Bibliografia

- ABEP/GT Migração. *Encontro Nacional Sobre Migração, Anais*. IPARDES/FNUAP Curitiba, 1998.
- BAENINGER, Rosana, “Deslocamentos Populacionais, Urbanização e Regionalização” in ABEP/GT Migração, *op. cit.*, pp.463-478
- _____, “A Nova Configuração Urbana no Brasil: Desaceleração

- Metropolitana e Redistribuição da População, *XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP; Anais*, Caxambu, 1998, pp.729-772.
- CAMARANO, Ana Amélia, "Movimentos Migratórios Recentes na Região Nordeste" in ABEP/GT Migração, *op. cit.*, pp.189-210.
- _____ et al., *A Dinâmica Demográfica Recente da Região Nordeste*, Unicamp (NESUR/NEPO), Campinas, 1997, mimeo.
- CARVALHO, José Alberto Magno & RIGOTTI, José Irineu Rangel, "Os Dados Censitários Brasileiros Sobre Migrações Internas: Algumas Sugestões para Análise", *XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, Anais*, Caxambu, 1998, pp. 339-356.
- GOLDSTEIN, Sidney, "Facetas da Redistribuição de População: Oportunidades e Desafios à Pesquisa" in MOURA, Hélio A. de (org.), *Migração Interna: Textos Selecionados*, BNB/Etene, Fortaleza, 1980, Tomo I, pp.693-730.
- GREENFIELD, Gerald M., "O Comportamento dos Migrantes e as Atitudes das Elites Durante a Grande Seca do Nordeste: 1877-1879" in *Cadernos de Estudos Sociais*, FJN/INPSO, vol. 5, n.2, jul/dez 1989, pp. 219-243.
- HEBETTE, Jean (org.), *O Cerco Está Fechando: O Impacto do Grande Capital na Amazônia*, Vozes, Rio, 1991.
- LACERDA DE MELO, Mário, "Proletarização e Migração nas Regiões Canavieira e Agrestina de Pernambuco" in MOURA, Hélio A. de (org.), *Migração Interna: Textos Selecionados*, BNB/Etene, Fortaleza, 1980, Tomo II, pp. 1073-1106
- _____, *Os Agrestes*, Sudene, Recife, 1982.
- LÃGO, Lucia Corrêa do, "Estruturação Urbana e Mobilidade Espacial: Alteração no Quadro de Desigualdades Socioespaciais na Metrópole do Rio de Janeiro" in *XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, Anais*, Caxambu, 1998, pp.383-419.
- LEBRET, Louis Joseph, *Desenvolvimento e Implantação de Indústrias Interessando a Pernambuco e ao Nordeste*, Codepe, Recife, 1955
- LEE, Everett, "Uma Teoria Sobre a Migração" in MOURA, Hélio A. de (org.), *Migração Interna: Textos Selecionados*, BNB/Etene, Fortaleza, 1980, Tomo I, pp.89-114.
- MAGALHÃES, Marisa do Valle, "Movimentos Migratórios na Região Sul: Novas Tendências" in ABEP/GT Migração, *op.cit.*, pp. 3-30
- MARTINE, George, *Ciclos e Destinos da Migração para Áreas de Fronteira na Era Moderna: Uma Visão Geral*, ISPN, Brasília, 1992
- _____ *A Redistribuição Espacial da População Brasileira*

Durante a Década de 80, IPEA, Textos para Discussão nº 329, Brasília, 1994 80, IPEA, Textos para Discussão nº 329, Brasília, 1994.

MOREIRA, Morvan de Mello, "A Dinâmica Demográfica Recente da Fronteira Agrícola" in GALINDO, Osmil (Coord.), *Transformações Recentes na Fronteira Agrícola e Implicações para a Dinâmica Espacial do Brasil*, Relatório de Pesquisa, Convênio FJN/IPEA, 1997 inédito.

MOURA, Hélio A. de, *Migrações Inter e Intra-regionais - 1960/1970*, Sudene/BNB (Etene), Recife, 1975.

_____, "Nordeste: Migrações Internas e Desequilíbrios Regionais", *Revista Pernambucana de Desenvolvimento*, Condepe, v. 9, n.2, jul/dez 1982, pp. 191-218.

_____, & SANTOS, Taís de Freitas, *Dinâmica Demográfica Recente dos Estados e Microrregiões do Nordeste, 1960-1980*, FJN, Recife, 1986.

_____, & TEIXEIRA, Pery, "Tendências Recentes do Crescimento Populacional", *Estudos Avançados*, USP, S. Paulo, v.11, n.29, jan/abr 1997, pp. 95-126.

_____, & MOREIRA, Morvan de Mello, "As Migrações na Região Norte em Período Recente: Uma Abordagem Preliminar" in ABEP/GT Migração, *op. cit.*, pp. 139-188.

NAÇÕES UNIDAS, "Conceitos Básicos, Definições e Mensuração da Migração Interna: Textos Seleccionados", BNB/Etene, Fortaleza, 1980, Tomo I, pp. 401-448.

PACHECO, Carlos Américo et al., "Dinâmica Demográfica Regional Recente" in ABEP/GT Migração, *op. cit.*, pp.31-66.

_____, & PATARRA, Neide, "Movimentos Migratórios Anos 80: Novos Padrões?" in ABEP/GT Migração, *op. cit.*, pp.445-462

PINTO DA CUNHA, José Marcos, "Os Movimentos Migratórios no Centro-Oeste na Década de 80" in ABEP/GT Migração, *op.cit.*, pp.91-138.

_____, "(Des) Continuidades no Padrão Demográfico do Fluxo São Paulo/Bahia no Período 1970/1991: Qual o Efeito da Crise?", *XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*, Anais, Caxambu, 1998, pp.605-626.

RIBEIRO, José Teixeira Lopes, *Imigração de Retorno Interestadual para o Nordeste Brasileiro por Idade e Sexo-1970/80 e 1981/1991* in ABEP/GT Migração, *op.cit.*, pp.349-366.

RIGOTTI, José Irineu Rangel & CARVALHO, José Alberto Magno de, "As Migrações na Grande Região Centro-Leste" in ABEP/GT Migração, *op.cit.*, pp. 67-90.

- SILVA, José Antonio da, "Crescimento Populacional e Ocupação Recente em Mato Grosso", *Cadernos de Estudos Sociais*, FJN, v. 13, n.1, jan/jun 1997, pp.127-142.
- SINGER, Paul I., "Migrações Internas: Considerações Teóricas Sobre o Seu Estudo" in MOURA, Hélio A. de (org.), *Migração Interna: Textos Seleccionados*, BNB/Etene, Fortaleza, 1980, Tomo I, pp. 211-244.
- TODARO, Michael P., A Migração de Mão-de-Obra e o Desemprego Urbano em Países Subdesenvolvidos, in MOURA, Hélio A. de (org.), *Migração Interna: Textos Seleccionados*, BNB/Etene, Fortaleza, 1980, Tomo I, pp.145-172.

